

Universidade Federal do Ceará  
Centro de Humanidades  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

O Encadeamento Argumentativo na Teoria da  
Argumentação na Língua

Waltersar José de Mesquita Carneiro

Fortaleza  
2006

**O Encadeamento Argumentativo na Teoria da  
Argumentação na Língua**

**Waltersar José de Mesquita Carneiro**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Marlene Gonçalves Mattes

**Fortaleza  
2006**

A Deus, que guia todos os nossos passos em todos os momentos, e a todos os que de forma incessante buscam no saber contínuo a melhoria de vida para o mundo.

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida desde que seja feita de acordo com as normas da ética científica.

---

Waltersar José de Mesquita Carneiro

### **Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Marlene Gonçalves Mattes – Orientadora  
Universidade Federal do Ceará

---

Dr. Gilton Sampaio de Sousa  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

---

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante  
Universidade Federal do Ceará

---

Profa. Dra. Ana Célia Clementino Moura  
Universidade Federal do Ceará - Suplente

Dissertação aprovada em \_\_\_/\_\_\_/2006

**AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal do Ceará, por mais uma vez contribuir com a minha formação acadêmica, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Linguística nas pessoas de seus coordenadores profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira e prof. Dr. Néilson Barros Costa.

Ao Programa de Capacitação Docente e Técnico — PICD, pelo suporte financeiro que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores que diretamente contribuíram com suas discussões durante o curso para a ampliação dos problemas que envolvem as questões linguísticas: Profa. Dra. Ana Cristina Pelosi S. de Macedo, Profa. Dra. Maria Elias Soares, Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira, Profa. Dra. Maria do Socorro Aragão, Prof. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, Profa. Dra. Marlene Gonçalves Mattes, Prof. Dr. Leonel F. de Alencar Araripe e Prof. Dr. Néilson Barros Costa.

Em especial à Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante pelas valiosas contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho desde a escolha do tema até o momento em que se aproxima o seu encerramento.

Em especial à Profa. Dra. Marlene Gonçalves Mattes pela sua maneira elegante e consciente de conduzir seus trabalhos de orientação.

Aos colegas de Mestrado, em especial Yvantelmack e Livia Mesquita, que dividiram comigo o interesse pelo tema.

Aos amigos de trabalho pelo apoio constante pela qualificação, especialmente aos professores Henrique Nunes, Raimundo Sirino, Sílvia Maria, Magda Núcia e Valderi Ximenes.

À minha família que, de uma maneira muito especial, sabe ser unida mesmo estando quase sempre distante. Em especial à minha mãe, Antonia de Mesquita, que a todo momento, do seu jeito olha por todos os filhos.

À minha esposa Kelcilene e a nossos filhos, João Marcos e Paulo José. Juntos, somos únicos.

**RESUMO**

A presente dissertação apresenta uma discussão teórica sobre a Teoria da Argumentação na Língua – TAL, teoria apresentada por Oswald Ducrot e colaboradores. O objetivo principal deste trabalho é verificar como os pressupostos da TAL têm sido utilizados por autores que tratam da noção de encadeamento argumentativo. Como a Tal passou, desde a publicação de “A argumentação na língua”, em 1983 por Anscombe e Ducrot, por modificações em alguns de seus pressupostos, que interferiram diretamente na noção de encadeamento argumentativo, buscamos verificar se os autores que utilizaram os pressupostos da TAL acompanharam as respectivas alterações da teoria. Com o propósito de delimitar a área de abrangência de nosso trabalho dentro do campo da argumentação, fizemos um percurso histórico sobre o tema, partindo dos primeiros usos do termo, através dos ‘mitos’ da Antiguidade Clássica até a postulação da Teoria da Argumentação na Língua. A cada momento histórico do tratamento da argumentação, verificamos quais postulados influenciaram a teoria ducrotiana. Seleccionamos como objeto de verificação algumas obras teóricas da área da Linguística Textual e da área da Análise do Discurso, que nos permitiram, pelo fato de conterem referências a conceitos advindos da teoria ducrotiana, verificar de que forma conceitos como ‘operador argumentativo’ e ‘polifonia’ foram utilizados nessas obras, observando principalmente se elas acompanharam todas as reformulações teóricas que caracterizam a própria TAL.

(218 palavras)

**ABSTRACT**

This paper presents a theoretical discussion on the Theory of Argumentation within Language – TAL, such as proposed by Oswald Ducrot and his collaborators. Our main objective is to investigate how the fundamental principles of TAL have been used by authors who deal with the notion of argumentative chaining. Since the publication of "The Argumentation within Language", in 1983, by Anscombe and Ducrot, some TAL basic principles have been modified, with direct consequences to the notion of argumentative chaining. Thus, this paper aims at checking if the authors who have been using TAL principles have followed the relevant modifications to the basic theory. In order to limit the scope of our work to the argumentation field, we have looked at the historical background of the discussions on the topic, from the first uses of the term in the Classic Antiquity 'myths' to the postulation of the Theory of Argumentation within Language. On each historical moment of the reflection on argumentation, we checked which principles have influenced Ducrot's theory. As a corpus for this study, we selected some theoretical books in the areas of Textual Linguistics and Discourse Analysis. Those texts contain references to concepts derived from Ducrot's theory, which allowed us to observe how concepts such as "argumentative operator" and "polyphony" have been used in these books, and above all to check if such concepts have followed, in these texts, all the theoretical reformulations that mark TAL theory.

Resumo.....	i
Abstract.....	ii
Índice.....	iii
Lista de Figuras, Tabelas e Quadros.....	iv
Lista de Abreviaturas.....	v
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A Argumentação .....</b>	<b>14</b>
1.1. Por um percurso histórico da argumentação.....	14
1.1.1 Os primeiros usos do termo argumentação.....	15
1.1.2 A argumentação em Aristóteles.....	16
1.1.3 A argumentação e o declínio da retórica.....	20
1.1.4 As principais concepções de argumentação a partir da segunda metade do século XX.....	21
1.1.4.1 Chaïm Perelman .....	22
1.1.4.2 Stephen E. Toulmin.....	25
1.1.4.3 Oswald Ducrot.....	28
<b>CAPÍTULO 2 – A Teoria da Argumentação na Língua – TAL.....</b>	<b>33</b>
2.1.A Base da Teoria da Argumentação na Língua.....	34
2.1.1.Filiação ao Estruturalismo Saussureano.....	35
2.1.2.Filiação à Teoria da Enunciação Benvenistiana.....	36
2.2. A Noção de Encadeamento Argumentativo nas três fases da TAL.....	37
2.2.1. A Fase Standard.....	38
2.2.2. A Fase da Teoria dos <i>Topoi</i> -TT.....	42
2.2.3. A Fase da Teoria dos Blocos Semânticos-TBS.....	55
<b>CAPÍTULO 3 – Uma análise do uso de alguns conceitos teóricos da TAL.....</b>	<b>62</b>
3.1. O uso do conceito de operador argumentativo .....	63
3.1.1 Uma análise crítica do uso do conceito de operador argumentativo.....	67
3.2. O uso do conceito de polifonia.....	72
3.2.1 Uma análise crítica do uso do conceito de polifonia.....	78
<b>Conclusão.....</b>	<b>82</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>85</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>90</b>
<b>Anexo 1 – O Encadeamento por Conexão – Koch (2004a).....</b>	<b>91</b>
<b>Anexo 2 – O Encadeamento por Conexão – Koch (2006).....</b>	<b>94</b>



**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Modelo de argumentação de Toulmin, Quadro Simples.....	27
Figura 2 – Modelo de argumentação de Toulmin, Quadro Complexo.....	27
Figura 3 – Esquema referente à concepção tradicional da argumentação.....	39
Figura 4 – Modelo de escala argumentativa na TAL.....	51

**LISTA DE ABREVIATURAS**

A	Argumento
AD	Análise do Discurso
AE	Argumentação Externa
AI	Argumentação Interna
B	Apoio
C	Conclusão
D	Dado
E	Enunciador / Enunciado
e	Expressão Argumentativa
EA	Encadeamento Argumentativo
FT	Forma Tópica
FD	Formação Discursiva
L	Locutor
LT	Linguística Textual
OA	Operador Argumentativo
P	Segmento que possui o argumento
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Q	Segmento que possui a conclusão
SA	Semântica Argumentativa
TAL	Teoria da Argumentação na Língua
TBS	Teoria dos Blocos Semânticos
TT	Teoria dos <i>Topoi</i>
W	Garantia

## **INTRODUÇÃO**

Realizar um trabalho sobre argumentação é mergulhar num dos temas mais atraentes dos estudos da linguagem, porque existem várias abordagens a respeito do tema, o que é justificado, se pensarmos que o estudo da argumentação é feito desde a Antigüidade Clássica. Como consequência, seu estudo vem sendo realizado por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, como lingüistas, lógicos, filósofos da linguagem, cada um com uma abordagem própria.

Atualmente, a maioria dos trabalhos que tratam deste tema tem, de alguma forma, utilizado como fundamentação teórica um dos três seguintes teóricos: Chaïm Perelman, Stephen Toulmin e Oswald Ducrot, o último tem grande colaboração de Jean Claude Anscombre. É o modelo de Ducrot que utilizaremos para a fundamentação teórica deste trabalho.

A teoria argumentativa postulada por Ducrot e colaboradores encaminha-se, desde o seu início, com a publicação de ‘A argumentação na língua’, em 1983, cada vez mais para a análise do sistema da língua, vendo o *potencial argumentativo* do enunciado primeiro como resultante da utilização ou não de um determinado operador argumentativo, depois como resultante de um princípio subjacente a todas as construções da língua, o *topos*, e, por último, como resultante da escolha de blocos semânticos, ou seja, da relação entre palavras da língua. Em virtude disso, vemos um problema ao tentarmos aproximar os conceitos postulados pela TAL (trataremos aqui dos conceitos de operador argumentativo e de polifonia), com teorias que têm por premissa básica a observação de fenômenos de linguagem que vão muito além da tessitura do texto.

Partindo deste problema, resolvemos realizar um trabalho de natureza teórica em que focamos a análise da utilização de alguns conceitos da TAL por outras áreas de estudo diferentes da Semântica Argumentativa. Utilizaremos, para análise, os conceitos de ‘operador argumentativo’ e de ‘polifonia’, por serem conceitos que são utilizados de forma recorrente por autores que tratam de fenômenos lingüísticos em outras áreas da lingüística. A partir da observação de como alguns autores se utilizaram desses conceitos, fizemos algumas considerações críticas sobre as dificuldades da aproximação

dos conceitos advindos da TAL com suas áreas de estudo e dos cuidados que se devem ter ao realizar tal aproximação.

Assim, nossa pesquisa tem como objetivo geral realizar um estudo sobre a argumentação de base ducrotiana, apresentando o percurso teórico pelo qual passou a Teoria da Argumentação na Língua-TAL, a partir da análise do encadeamento argumentativo, observando as reformulações que ocorreram em alguns conceitos da teoria e como esses conceitos são utilizados por teóricos de outras áreas, como, por exemplo, a Linguística Textual e a Análise do Discurso. Nossa hipótese é de que, ao utilizarem alguns conceitos da TAL, teóricos de outras áreas de estudo acompanhem as devidas alterações que ocorrem em alguns conceitos básicos da teoria, além de fazerem as devidas explicações sobre como esses conceitos podem ser trabalhados em outras áreas de estudo que não a da Semântica Argumentativa.

Essa discussão teórica será apresentada, nesta dissertação, em 3 capítulos. Cada um representando um dos objetivos específicos traçados para o alcance do objetivo geral. As etapas de desenvolvimento da pesquisa seguem a ordem em que estão dispostos os capítulos deste trabalho e que explicitaremos a seguir.

No primeiro capítulo, fazemos uma abordagem geral sobre argumentação. Apresentamos um percurso histórico sobre o tema, observando que em vários momentos desse percurso a argumentação assume uma relação de proximidade com a Retórica. Discorremos, ainda, sobre as principais concepções de argumentação, postuladas a partir da segunda metade do século XX. Tentamos assim, deixar claro em que espaço dos estudos teóricos sobre argumentação nosso trabalho se insere, ou seja, a argumentação de base ducrotiana tratada na TAL.

No segundo capítulo, apresentamos uma resenha crítica da TAL, teoria semântica de interpretação dos sentidos do enunciado proposta por Jean Claude Anscombe e Oswald Ducrot. A partir da análise da noção de encadeamento argumentativo, especificaremos as três fases da teoria: a fase Standard, a fase da Teoria dos *Topoi*, e a fase dos Blocos Semânticos. Observamos como a noção de encadeamento argumentativo é abordada em cada fase da teoria, a partir da noção de potencial argumentativo, e como os pressupostos teóricos que têm relação direta com a noção de encadeamento argumentativo vão sendo reformulados.

No terceiro capítulo, analisamos como alguns conceitos postulados por Ducrot e colaboradores foram utilizados por outros teóricos. Seleccionamos para a análise algumas obras representativas da Lingüística Textual, e outras que se inserem na perspectiva da Análise do Discurso. Em seguida, tecemos comentários críticos em relação à utilização desses conceitos por teóricos de outras áreas de conhecimento.

Concluimos a dissertação retomando as questões que moveram esta pesquisa, a fim de verificar se nossos objetivos foram alcançados e levantamos suas lacunas, sugerindo continuidade na pesquisa.

Não temos a pretensão, com este trabalho, de encerrar as discussões sobre a utilização dos conceitos da TAL por outros teóricos. Nossa tentativa é a de levantar problemas causados pela utilização dos conceitos de operador argumentativo e de polifonia, da forma como são tratados na TAL, ou seja, explicando a língua pela própria língua, por outras áreas de estudo que tratam da linguagem e que analisam a língua observando fenômenos para além do estritamente lingüístico, como, por exemplo, a Lingüística Textual e a Análise do Discurso.

## **1. A ARGUMENTAÇÃO**

Quem se propõe a realizar um estudo sobre argumentação não deve se furtar de estudar as obras de três teóricos que revolucionaram os estudos da área a partir da segunda metade do século XX, apresentando, cada um deles, diferentes concepções de argumentação, são eles: Chaïm Perelman, com a publicação do “Tratado da argumentação: a Nova Retórica”, em 1958; Stephen Toulmin, com a publicação de “Os usos do argumento”, também em 1958 e Oswald Ducrot, em parceria com Jean Claude Anscombre, com a publicação de “A argumentação na língua”, em 1983. A grande maioria das pesquisas realizadas atualmente sobre a argumentação tem, de alguma forma, relação com um dos teóricos citados.

Propomo-nos, neste capítulo, fazer um percurso histórico sobre Argumentação desde seus primeiros usos na Grécia Antiga até a atualidade. Em alguns momentos do percurso a Argumentação é tratada como uma teoria que se aproxima da Retórica e em outros momentos é tratada como se afastando dela. O certo é que em alguns momentos Argumentação e Retórica aproximam-se tanto que, ao se estudar uma, faz-se necessário tratar-se da outra. O que nos interessa neste percurso sobre a argumentação é saber que pressupostos teóricos, de alguma forma, influenciaram a proposta teórica sobre argumentação de O. Ducrot e colaboradores, que será utilizada na fundamentação desse trabalho. Em seguida, apresentamos as diferentes concepções de argumentação, conseqüentemente, diferentes definições de argumentação, para que assim possamos demarcar o espaço teórico em que inserimos nosso trabalho, ou seja, para que possamos delimitar, na área da argumentação, o campo em que atuamos. É o que passamos a verificar a partir de agora.

### **1.1. Por um percurso histórico da Argumentação**

Dos estudos realizados sobre a humanidade, desde os tempos mais remotos da Antiguidade, uma observação salta-nos aos olhos: a necessidade do homem de conhecer e transformar aquilo que o cerca; e, uma das formas de o homem atingir este objetivo, dá-se através da comunicação. Assim, a compreensão de como se dá o processo

comunicativo esteve no centro de interesse do homem, mesmo antes da inserção do ‘estudo’ nas atividades humanas.

A linguagem articulada, meio de comunicação por excelência, passou a ser de interesse daqueles que objetivavam o poder; quem a detinha - todos tinham, só alguns a detinham - dispunha de mais possibilidades de sucesso nas atividades comunicativas. Neste primeiro momento do despertar para a importância da linguagem, o que se buscava, o que se queria era saber como a linguagem podia ser utilizada numa situação real de comunicação, de interação a favor daqueles que a detinham. É neste contexto que surge a utilização do termo Argumentação, neste momento ao lado da utilização do termo Retórica, como dois campos de estudo da linguagem.

### **1.1.1. Os primeiros usos do termo Argumentação**

As primeiras ‘explicações’ sobre Argumentação e Retórica de que se têm registros encontram-se diretamente relacionadas aos mitos da Antiguidade. Foi um dos primeiros esforços para se entender a humanidade, esforços feitos através do uso da linguagem. Para ilustrar o que falamos, apresentamos dois mitos muito citados quando nos referimos aos primeiros usos do termo argumentação: o primeiro, referente à Argumentação, apresentado em Martins (2006); o segundo, referente à Retórica, apresentado por Serra (2005).

#### Mito 1:

Conta a história que no século V a. C., a Sicília fora governada por dois tiranos que confiscaram as terras dos seus legítimos proprietários e as distribuíram pelos seus soldados. Quando em 467 a. C. a tirania fora dissolvida, os proprietários reclamaram a reposição das terras. Para a solução do problema criado, foram instaurados inúmeros processos. Foi nestas condições que Córax e Tísias compuseram o primeiro tratado de argumentação.

#### Mito 2:

Também na Sicília, no século V a.C. diz a lenda que Hiéron, tirano da Siracusa, teria proibido aos seus súditos o uso da fala. Conscientes, assim, da importância da mesma, os sicilianos, Córax e Tísia, teriam criado a Retórica, iniciando desse modo o estudo da linguagem, não enquanto língua, mas enquanto discurso.

Analisando o mito 1, podemos concluir que a Argumentação surge como um conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo. Já a partir da análise do mito 2, concluímos que a Retórica é entendida como a arte de usar a palavra em público com propósitos persuasivos.

Argumentar em defesa de uma causa e usar retoricamente a linguagem, na Grécia Antiga, tinham uma mesma finalidade: persuadir o outro. Os caminhos para atingir esse fim é que eram diferentes. Assim, Argumentação e Retórica, em seus primeiros usos, apresentavam pontos semelhantes (partilhavam uma mesma finalidade) e pontos dessemelhantes (enquanto a primeira buscava apontar as estratégias para a elaboração de um discurso, a segunda centrava-se na prática do próprio discurso, sem uma preocupação com a elaboração sistemática do discurso produzido). Estes primeiros usos de Argumentação e de Retórica influenciaram os pensamentos dos filósofos gregos que trataram do tema, entre eles Sócrates, Platão e, principalmente, Aristóteles.

### **1.1.2. A Argumentação em Aristóteles**

Foi após esta explicação da linguagem, através dos mitos, que surgiu o que chamamos atualmente de Teoria, uma outra forma de o homem conhecer e explicar aquilo que o cerca. Aristóteles foi o sucessor dos pensamentos de Platão e de Sócrates, que também tiveram grandes repercussões entre os filósofos gregos. Era o segundo momento na evolução do conhecimento humano, conforme afirma Barreto (1993, p.12), “O segundo momento importante, na evolução do conhecimento humano, é aquele em que aparece a Teoria. A tendência moderna é admitir que tal passo iniciou-se com os gregos”.

A preocupação com os estudos sistematizados sobre as interações verbais nasceu entre os gregos. A transformação pela qual passara a sociedade grega exigia de seu povo um fazer democrático até então inexistente. Os conflitos do cotidiano não eram mais acertados diretamente entre as pessoas implicadas, mas em locais apropriados e diante de determinado público. A força física era substituída pela força da palavra: aqueles que a detinham, obtinham a adesão do público. “Era necessária ao homem grego a habilidade argumentativa nas exposições públicas de suas idéias” Espíndola (2005, p. 11).



Barreto (1993) apresenta a figura do filósofo grego pré-socrático Parmênides (final do séc. VI a. C. – começo do séc. V a. C.) como um dos grandes influenciadores na elaboração sistemática do pensamento aristotélico. Barreto (ibid, p.13) diz que Parmênides falava da existência de dois mundos ou duas vias: “A ‘via da verdade’, onde domina a razão que conduzirá o homem à evidência e à certeza, e a ‘via da opinião’, onde, através dos dados empíricos e sensoriais, o homem não pode atingir o desvelamento da verdade nem a certeza”.

Mas, é com Aristóteles que ocorre a grande evolução do pensamento humano. Com Aristóteles, o homem passou a se preocupar em explicar como o pensamento poderia ser formulado através da linguagem e como isso poderia ser sistematizado. Nesta linha, temos que se definirmos a argumentação como a utilização de um conjunto de premissas (razões, provas, idéias) que justifiquem uma dada conclusão, podemos, pela utilização dessas premissas, diferenciar aquilo que é do campo da argumentação daquilo que é do campo da demonstração. E, quem primeiro fez essa diferenciação foi Aristóteles. Aristóteles deu ao estudo dos argumentos (premissas + conclusão) uma grande importância num dos campos de estudo realizado por ele, o da Retórica. Esse estudo foi realizado dentro do que chamamos de ‘Lógica Formal’, termo que podemos utilizar quase como sinônimo de ‘Aristóteles’. Assim, tem-se que a “Lógica Formal trata das formas dos argumentos válidos, ou seja, dos modos legítimos de se chegar a conclusões a partir de um conjunto de premissas” (Machado, 2005, p. 31). Dessa definição de Lógica Formal Aristóteles investigou todas as possibilidades de construções estruturais do grego em que se pusessem em relação duas proposições iniciais (premissas) e uma outra proposição, decorrente das primeiras (conclusão). Encontramos, então, nessa relação entre premissas e conclusão, a diferença entre demonstração e argumentação.

No caso da demonstração, as premissas são verdadeiras e inquestionáveis e, a partir delas deduzimos uma conclusão também verdadeira e universal. Aristóteles chamou esse tipo de relação de ‘raciocínio analítico’.

Premissa 1: Todos os mamíferos têm pulmões.

Premissa 2: Todas as baleias são mamíferos.

Conclusão: Todas as baleias têm pulmões.

No caso da argumentação, as premissas são também verdadeiras, mas não são inquestionáveis, são mais ou menos prováveis e a conclusão não é unânime. A conclusão é gerada a partir das premissas, dentro de um processo logicamente válido, mas não obtém a concordância de todos. O orador deve ir além da exposição daquilo que é admitido como verdadeiro, deve persuadir quem o ouve da veracidade das suas conclusões. Há, portanto, marcas de subjetividade. Aristóteles chamou esse tipo de relação de ‘raciocínio dialético’.

Premissa 1: Todos os alunos são estudiosos.

Premissa 2: João é aluno.

Conclusão: João é estudioso.

Com as explicações acima, chegamos à determinação, apresentada por Aristóteles, ao delimitar o campo de estudo sobre a linguagem, da existência de dois tipos de raciocínios: o dialético e o analítico. Os primeiros têm o propósito de persuadir e de convencer, estando, pois, no campo das opiniões; os segundos, por constituírem verdades proposicionais, são demonstrativos e impessoais, incidem, portanto, sobre a verdade, é o campo da lógica formal. Esses estudos de Aristóteles têm influenciado a grande maioria dos estudos contemporâneos sobre a linguagem. E, esta influência é encontrada nos estudos de Perelman, de Toulmin e de Ducrot e que veremos logo a seguir.

Feita a separação entre o que é demonstração e o que é argumentação, Aristóteles apresenta a noção de ‘persuasão’ como pertencente ao campo da argumentação. Como a persuasão relacionava-se aos modos de agir do orador em relação ao seu ouvinte, buscando convencê-lo da verdade de suas teses, ele, o orador, usava de vários procedimentos, como gestos, vestuário e também a linguagem. Assim, tem-se que toda argumentação é persuasiva, mas nem toda persuasão é argumentação. O discurso argumentativo requer, portanto, certa organização para que se possa lograr êxito. Aristóteles postula a existência de alguns elementos que compõem o discurso e que devem ser observados: o ‘logos’ – aquilo que se quer defender; o ‘ethos’ – aquilo que se refere ao orador; o ‘pathos’ – aquilo que se refere ao auditório.

O pensamento de Aristóteles influenciou, de alguma forma, os principais teóricos que tratam da argumentação a partir da segunda metade do século XX. Assim,

temos que com base em Aristóteles, mas tratando o fenômeno de forma diferente, Perelman analisa a persuasão ao fazer referência à noção de ‘auditório’. Está na dimensão, características do auditório, razão de todo discurso, a diferença entre dois tipos de argumentação: uma que visa persuadir, ligada a um auditório particular, mais subjetiva (só esta é persuasiva), e uma que visa convencer, ligada a um auditório geral, mais objetivo. Também com origem em Aristóteles, Toulmin (2006) propõe a existência de dois tipos de raciocínios: o analítico e o substancial. Toulmin define-se pelo estudo do segundo, afirmando que o primeiro quase não existe em atividades práticas de uso da linguagem. Já Ducrot, referindo-se aos dois tipos de raciocínios apresentados por Aristóteles, ou seja, o demonstrativo e o argumentativo, afirma que a língua é essencialmente argumentativa e que não apresenta um lado objetivo. Propõe, portanto, a queda da dicotomia demonstração/argumentação proposta por Aristóteles e define o estudo da argumentação a partir da própria língua.

Um dos objetivos de Aristóteles era transformar a Retórica em ciência, isto é, num corpo de conhecimentos, categorias e regras, que deveriam ser aplicadas ao discurso por quem quisesse bem falar e convencer (Serra, 2005). Assim, a Retórica passa a ser a disciplina que objetivava a harmonia entre o falar e o fazê-lo de modo convincente e elegante, unindo arte e espírito. A ciência retórica, para Aristóteles, visava descobrir os meios, os argumentos que levassem a persuadir um determinado auditório. Para Aristóteles, a lingüística materializa a argumentação, o raciocínio argumentativo é organizado pela linguagem. Assim, o discurso a ser argumentado deve ser antes pensado e organizado. Coutinho (2003, p. 189) e Mosca (2001, p. 28-29) apresentam as cinco etapas da elaboração do discurso aristotélico: 1. a invenção – referente à descoberta das idéias e dos argumentos; 2. a disposição – referente à organização dos argumentos, ordenando-os segundo um plano; 3. a elocução – que correspondia ao pôr em palavras, levando-se em consideração o aspecto estilístico; 4. a memória – referente à memorização dos argumentos e 5. a ação – referente à dicção e aos gestos no sentido de trabalhar a representação do discurso.

Um conceito elaborado por Aristóteles e que tem tido grande repercussões nos estudos contemporâneos é o de ‘*topos*’. “Os *topoi* são lugares os lugares-comuns que as pessoas utilizam como ponto de partida de uma argumentação” (Ribeiro, 2006, p. 1). A noção de *topos*, é utilizado por Ducrot, conceito que chega, inclusive, a mudar a maneira de entender a relação entre os enunciados na Teoria da Argumentação na

Língua. De certa forma, a noção de *topos* utilizada por Ducrot tem relação com a postulada por Aristóteles, embora aquele não a utilize da mesma forma que este. Mosca (2001, p. 31) apresenta a noção de *topos* em Aristóteles dizendo que “os discursos podem apresentar lugares-comuns (*Topoi*), o fundo lógico comum a todos os discursos inscritos numa mesma tradição cultural”. É como se Aristóteles postulasse a existência de dois lugares a partir dos quais o discurso é realizado: um lugar-comum, geral a todos os discursos, e um lugar específico, responsável pela especificação dos discursos. Antecipamos que em Ducrot, mesmo o *topos* tendo esta característica, de ser geral, apresenta uma outra característica, essencial para a Teoria, a de ser gradual, e isto acaba por diferenciar Ducrot de Aristóteles. Ducrot leva para dentro da língua a idéia de *topos* e afirma que o *topos* é responsável pela significação das frases. Como se nós tivéssemos um conjunto de *topoi* em que um é autorizado a ocorrer no momento em que enunciamos a frase (Anscombe; Ducrot, 1988, p.207).

Brandão (2001, p. 162), falando sobre a Retórica em Aristóteles, diz que uma das tarefas essenciais seria fazer um inventário dos ‘*topoi*’, que seria uma espécie de pontos de vista pelos quais um determinado assunto era tratado. Conhecendo o inventário, conheciam-se também os passos dados por um locutor frente ao seu alocutário, seria possível antecipar esses passos.

Vemos que um passo dado pelo pensamento aristotélico em relação à explicação da linguagem através dos mitos foi o de ter condensado todo o conhecimento existente, organizando-o em categorias e regras, tornando-os passíveis de serem estudados, além da discussão sobre o bom ou o mau uso da retórica, que faz parte das teorias de seus antecessores, assunto que não abordaremos neste trabalho. Concluímos que, sem dúvida alguma, Aristóteles influenciou as diferentes concepções de argumentação que existem atualmente, entre elas a de Ducrot.

### **1.1.3. A argumentação e o declínio da Retórica**

Com a predominância dos estudos dos raciocínios analíticos responsáveis pela argumentação através do uso do silogismo, postulados por Aristóteles, a partir do século XVI, a tese de Aristóteles que se referia à existência de dois tipos de raciocínios, o analítico e o dialético, passa a ser contestada. O campo de atuação da retórica passa a ser o do estudo dos raciocínios dialéticos. Só que este tipo de estudo foi sendo, passo a

passo, legado à marginalização frente ao exagero empirista que se instaurou, do desejo de descrever a verdade através da linguagem. Em Perelman (2005, p. 03), encontramos referência a como a linguagem era estudada a partir do enfoque da lógica formal: “[...] os raciocínios alheios ao campo puramente formal escapam à lógica e, com isso, também à razão”.

É o auge do positivismo como pensamento teórico centrado na demonstração dos fatos, do que é verificável e comprovável. Pode-se comprovar que  $1 + 1$  são 2, mas não que uma determinada atitude é mais justa que outra. Na lógica formal, a contradição representa um discurso absurdo. Com o passar do tempo, a Retórica viu-se resumida ao estudo das figuras de linguagem, restringindo-se ao campo da Estilística, idéia que só agora começa a ser desfeita. Nesse momento dos estudos da linguagem, o que se falava era sobre ‘o declínio da Retórica’, ‘o desaparecimento da Retórica’. A Argumentação centrada nos raciocínios do tipo analítico passa a reinar absoluta.

Certamente este momento histórico dos estudos sobre argumentação pode ser entendido como um motor gerador das concepções que sucederam a este momento. A maioria assume uma posição contrária ao modelo de argumentação que até então se apresentava. Surgem então os novos modelos de argumentação.

#### **1.1.4. As principais concepções de argumentação a partir da segunda metade do século XX**

A partir da segunda metade do século XX, os estudos da Argumentação tomam um novo impulso e, junto com eles, os da Retórica. Formados sob forte influência dos estudos de base cartesiana, alguns autores, principalmente na Europa, dedicam-se ao estudo da Argumentação e da Retórica. Entre eles, destacam-se as figuras de Chaïm Perelman, Stephen Toulmin e Oswald Ducrot. Os dois primeiros com publicações no final dos anos 50 e o último com publicações que se iniciam nos anos 70. Passamos, então, à verificação sobre como cada um desses autores citados acima posiciona seus estudos, principalmente em relação ao cartesianismo e, se há alguma influência dos dois primeiros sobre o terceiro.

#### 1.1.4.1. Chaïm Perelman

O retorno a uma concepção de retórica bem mais próxima das fontes aristotélicas fica evidente nos trabalhos de Chaïm Perelman, trabalhos na linha da teoria da argumentação fundados nas lógicas não-formais, formulados especialmente em 3 obras: “*Traité de l’argumentation*” (1958), em parceria com Lucie Olbrecht-Tyteca; “*Le champ de l’argumentation*” (1970) e “*Logique juridique*”. “*Nouvelle rhétorique*” (1976).

Com Perelman, os estudos sobre Argumentação e Retórica tomam um novo impulso. Ele propõe uma “Nova Retórica”, teoria da argumentação contrária ao posicionamento cartesiano, até então dominante nos estudos da linguagem, recolocando uma retórica concebida como uma maneira de discutir e chegar a um acordo sobre valores, sem abandonar o campo da razão, mas ao mesmo tempo transcendendo as categorias da lógica-formal. Retomando a definição clássica de Retórica como a arte de falar de modo a persuadir e convencer, postula a Argumentação como uma forma de fornecer argumentos, razões a favor ou contra uma determinada tese, sendo tal tese situada, dirigida a um auditório determinado. O objetivo da argumentação é, portanto, a adesão do auditório; “efetivamente, é em função do auditório que se desenvolve a argumentação” (Perelman, 2005, p.6). Assim, o orador deve conhecer as teses e os valores admitidos pelo auditório.

Perelman confirma ter conservado da retórica aristotélica a noção de auditório, que é evocado toda vez que se pensa num discurso. E define auditório como sendo “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (ibid, p. 22). Não concorda, porém, com a exclusão dos raciocínios que de alguma forma são centrados em aspectos emocionais nos estudos da argumentação, principalmente os raciocínios de juízo de valor; propõe-se a estudá-los, teorizando sobre uma espécie de lógica dos julgamentos de valor. Nasce, assim, a Nova Retórica.

Porém, quem melhor define a argumentação em Perelman, discutindo sobre o modelo filosófico que fundamenta sua teoria, é Michel Meyer, no prefácio do ‘Tratado da argumentação’. Diz ele:

Entre a ontologia, dotada de uma flexibilidade oca, mas infinita, e a racionalidade apodíctica, matemática ou silogística, mas limitada, Perelman tomou uma terceira via: a argumentação que raciocina sem coagir, mas que também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível. (Perelman, 2005, p. XXI)

A publicação de “Tratado da argumentação: a Nova Retórica”, em 1958, revela o posicionamento de Perelman em relação à lógica formal. Perelman, partindo das noções aristotélicas sobre as duas formas de raciocínio, por demonstração analítica ou por argumentação dialética, e da exagerada ênfase dada ao raciocínio analítico defendido pelos postulados de Descartes, que afirmava ser do campo do irracional tudo aquilo que fosse passível de ser contestado, propõe-se a estudar uma lógica dos julgamentos de valor. Seu grande questionamento dava-se em torno de saber se existe emoção dentro do raciocínio lógico. A Nova Retórica proposta por ele é uma espécie de espaço para o julgamento de valor integrado ao raciocínio analítico. Sobre seu posicionamento referente a argumentação de base formalista afirma:

A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constitui uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio oriundos de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (ibid, p. 01)

Com o propósito de reafirmar a ruptura com a concepção tradicional de argumentação, Perelman delimita o campo de ação do raciocínio argumentativo ao dizer que o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo.

O trabalho de Perelman, direcionado à área do Direito, visa analisar como a noção de juízo de valor relaciona-se com os raciocínios analíticos. Assim, Perelman (ibid, p. 41) apresenta a seguinte definição de argumentação, especificadora de seus estudos: “O objetivo dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento”.

É assim que o autor dedica boa parte de seu ‘Tratado’ ao estudo dessas técnicas argumentativas. Mas o especificador em sua definição é que o estudo dessas técnicas

tem uma finalidade bem definida: provocar ou aumentar a adesão daqueles a quem os argumentos são direcionados, o que ele chamou de auditório. É em função do auditório que os argumentos são elaborados. O objetivo da argumentação é, portanto, a adesão do auditório; efetivamente, é em função do auditório que se desenvolve a argumentação. Assim, o orador deve conhecer as teses e os valores admitidos pelo auditório. Como a argumentação visa a adesão do auditório às teses, Perelman apresenta algumas técnicas argumentativas que as fundamentarão. Define que toda argumentação é feita em função de um auditório, visando sua adesão a certas teses utilizadas. Desta afirmação Perelman inicia a apresentação das técnicas argumentativas utilizadas com o propósito de conquistar a adesão do auditório. Diz que as teses são apresentadas sob dois aspectos diferentes: um positivo e outro negativo. O primeiro diz respeito à solidariedade entre as teses, a que se procura promover e a admitida pelo auditório. Esses tipos de teses Perelman denominou de argumentos de ligação. O segundo aspecto diz respeito ao rompimento da solidariedade constatada, é uma espécie de ruptura dos argumentos de ligação, vindo a tornarem-se os argumentos de dissociação.

Entendemos por processos de ligação esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro. Entendemos por processo de dissociação técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento (Perelman, 2005, p. 215).

É dos argumentos de ligação que Perelman trata em toda a 3ª parte de seu Tratado da Argumentação. Diz que a argumentação de ligação divide-se em: argumentos quase-lógicos, argumentos fundados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do real. Sobre os argumentos quase-lógicos, diz que: “o que caracteriza a argumentação quase-lógica é, portanto, seu caráter não-formal e o esforço mental de que necessita sua redução ao formal” (Ibid, p. 220). Elege para análise entre os argumentos quase-lógicos aquelas técnicas que apelam para estruturas lógicas como: contradição, identidade total ou parcial e aquelas que apelam para as relações matemáticas, como: relação parte com o todo, do menor para o maior e relação de frequência.



Sobre o que caracteriza os argumentos fundados na estrutura do real, diz que “os argumentos fundados na estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover” (Perelman, 2005, p. 297). Elege para análise as técnicas que se aplicam às ligações de sucessão, que unem um fenômeno a suas conseqüências ou a suas causas, como: o vínculo causal, o argumento pragmático, os fins e os meios e, os argumentos que se aplicam às ligações de coexistência, tais como: que une uma pessoa a seu ato, um grupo aos indivíduos que dele fazem parte.

Sobre a caracterização dos argumentos que fundam a estrutura do real, diz que são “ligações que fundamentam o real pelo recurso ao caso particular” (Ibid, p. 399), tais como: o exemplo, a ilustração e o modelo.

Entre todos os postulados adotados por Perelman para propor ‘a Nova Retórica’, podemos dizer que um teve influência direta na Teoria da Argumentação na Língua: a ruptura com o modelo de argumentação centrado na lógica-formal. Certamente, Perelman influenciou Ducrot na elaboração de sua teoria argumentativa.

#### **1.1.4.2. Stephen E. Toulmin**

Um dos principais representantes do debate em torno da argumentação a partir da segunda metade do século XX. Com a publicação de ‘Os usos do argumento’, em 1958, Toulmin passa a figurar como um confrontador da teoria da argumentação postulada dentro de uma concepção da lógica em linguagem, principalmente daquela apresentada pelo ‘silogismo analítico’ a partir de Aristóteles. Apesar de, como ele mesmo diz no prefácio da 2ª edição de ‘Os usos do argumento’ (2006), não ser sua intenção apresentar uma teoria sobre argumentação, seus estudos passam a ter grande repercussão dentro do quadro do que ele chamou de lógica informal. O modelo de argumentação de Toulmin direciona-se, assim como Perelman, mais à área do Direito, abrindo espaço para a possibilidade do uso de argumentos valorativos, inclusive à refutação, contrariando o direcionamento dado por Descartes, ao associar o uso dos argumentos ao pensamento lógico, à razão e direcionado à Matemática. Toulmin coloca-se contrário ao que chamou de um modo estreito com que a lógica silogística analisa os argumentos. Toulmin (2006, p. 179) defende a existência de argumentos de validade processual, apresentando uma abordagem mais ampla de argumentação que

aquela apresentada a partir do raciocínio analítico. Para ele, demonstração lógica é uma coisa bem diferente do que acontece na vida normal, quando queremos chegar a uma conclusão.

A argumentação para Toulmin tem início numa asserção, numa convicção, entretanto a conclusão nem sempre apresenta informações de que se tem certeza. Por isso que, no seu modelo de argumentação, ele insere o que chamou de ‘dado’ e de ‘garantia’. São esses elementos que possibilitam a passagem dos dados à conclusão. Veja que, diferentemente de Perelman, a argumentação não é realizada em função do auditório, mas sim em função dos ‘dados’ e dos passos que se permitem chegar à conclusão.

Toulmin apresenta dois tipos de argumentos: o substancial e o analítico. A diferença entre os dois tipos de raciocínios é explicado na apresentação do modelo de argumentação proposto por Toulmin, que veremos logo a seguir. Diz que os argumentos propostos na forma ‘dado (D); garantia (W); logo, conclusão (C)’ podem ser expressos de forma válida, caracterizando os raciocínios analíticos. Já os que apresentam ‘apoio (B) para a garantia (W)’ não podem ser expressos de forma válida, caracterizando, portanto, os raciocínios substanciais. (ver modelo a seguir). Sobre isto diz Toulmin (2006, p. 179):

Um argumento D a C será chamado analítico se, e somente se, o apoio para a garantia que o autoriza incluir, explícita ou implícita, a informação transmitida na conclusão. Quando isso for assim, a afirmação “D, B, e também C será, como regra, tautológica [...] Quando o apoio para a garantia não contiver a informação transmitida na conclusão, a afirmação “D, B, e também C jamais será tautológica, e o argumento será um argumento substancial.

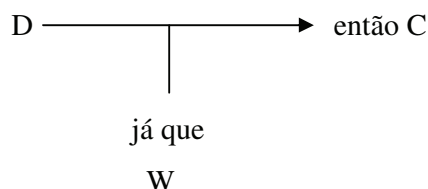
Quanto aos tipos de raciocínios, substancial e analítico, Toulmin direciona seus estudos sobre o primeiro tipo de argumento e críticas são apresentadas ao segundo, que caracteriza a concepção tradicional de argumentação, ao afirmar que é difícil a existência, na prática, dos argumentos genuinamente analíticos. E que, portanto, os lógicos não deveriam ter apresentado os argumentos analíticos como modelo possível ao qual outros tipos de argumentos se adequariam. Sobre esta forma limitada dos argumentos analíticos, ele diz:

Começo por declarar a minha hipótese; a saber, que as categorias da lógica formal foram desenvolvidas a partir de um estudo do silogismo analítico; que este é um tipo de argumento simples, não representativo e enganador, e que muitos dos lugares-comuns paradoxais da lógica formal e da epistemologia se originam de erradamente se aplicarem estas categorias a argumentos de outros tipos. (Toulmin, 2006, p. 19)

Na intenção de ampliar o modelo de argumentação para que abarcasse tanto os argumentos analíticos quanto os substanciais, diz que argumentar “é estabelecer conclusões sobre as quais não estamos inteiramente confiantes a partir de informações sobre as quais temos mais convicção.” (ibid, p. 181).

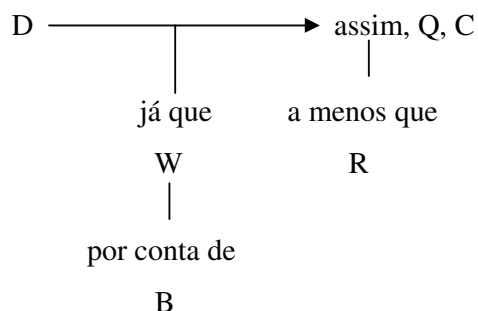
O modelo de argumentação de Toulmin é construído, passando de um quadro simples (ibid, p. 143) a um quadro complexo (ibid, p. 151), ambos apresentados abaixo, com respectivos exemplos:

**Figura 01 – Modelo de argumentação de Toulmin - Quadro simples** - modelo que caracteriza os raciocínios analíticos já que a informação contida na conclusão faz parte da garantia apresentada para se chegar à conclusão.



(01) Harry nasceu nas Bermudas-**D (dado)**, **então** Harry é súdito britânico-**C (conclusão)**. (**já que** ‘um homem nascido nas Bermudas é súdito britânico-**W (garantia)**’).

**Figura 02 – Modelo de argumentação de Toulmin - Quadro complexo** – modelo que caracteriza os raciocínios substanciais já que o apoio para a garantia não contém a informação apresentada na conclusão.



(02) Harry nasceu nas Bermudas-**D**. **Assim**, presumivelmente-**Q**, Harry é um súdito britânico-**C**. (**já que** ‘um homem nascido nas Bermudas é súdito britânico-**W**, **por conta de** ‘os estatutos e outros dispositivos legais garantirem tal direito-**B**, **a menos que** ‘seus pais sejam estrangeiros/ele tenha se tornado americano naturalizado-**R**).

O modelo de argumentação de Toulmin tem uma certa influência sobre a teoria argumentativa de Ducrot, principalmente ao tratar da ‘garantia (W)’. A garantia é o elemento responsável pelos implícitos na teoria de Toulmin. A argumentação dá-se numa relação entre o explícito e o implícito. Esta mesma relação é encontrada na TAL e a garantia de Toulmin pode, de certa forma, ser relacionada com o *topos* em Ducrot. Para Ducrot é o *topos* que garante a passagem do dado à conclusão, com a diferença de que ele, o *topos*, é uma espécie de princípio que se encontra dentro da língua, diferentemente de Toulmin que apresenta a garantia que pode ser centrada até em elementos extralingüísticos.

#### 1.1.4.3. Oswald Ducrot

Um dos grandes objetivos de Oswald Ducrot é realizar um estudo lingüístico da argumentação. Assim, juntamente com alguns colaboradores, especialmente Jean Claude Anscombe, começa a realizar, no campo da Semântica, estudos sobre a argumentação. As teses mais fortes apresentadas nos seus postulados são as seguintes: a argumentação é intrínseca à própria língua, não sendo algo acrescentado ao uso lingüístico, e que existem, no valor semântico profundo (significação) de certas palavras, expressões e enunciados, indicações que não são de natureza informativa, são argumentativas. Surge, então, a Teoria da Argumentação na Língua – TAL.

Para chegar às teses citadas acima, Ducrot e colaboradores, na mesma linha de Perelman, apresentam os estudos da linguagem como possuindo duas ordens: a dos

discursos, espaço da argumentação (discurso não-demonstrativo) e a da lógica, espaço dos raciocínios. Mas Serra (2005) e Meyer (1982) apresentam uma diferença entre a concepção de argumentação em Ducrot e a concepção de argumentação em Perelman. Dizem que, para este, a argumentação reside na adesão do auditório a uma tese, partindo dos valores desse mesmo auditório e pondo-o em jogo ao nível dos argumentos; para aquele, o argumento é, desde logo, lingüísticamente portador de uma conclusão, sugeridas pelas variáveis argumentativas imanentes à frase, quer o auditório concorde quer não concorde com essa conclusão.

Alguns anos depois da apresentação dos trabalhos de Perelman e Toulmin, Anscombe e Ducrot apresentam a obra “A argumentação na língua”, em 1983. Entre tantos postulados que caracterizam a teoria argumentativa de Ducrot, um segue as mesmas linhas de Perelman e Toulmin: o posicionamento contrário à concepção tradicional da argumentação. Ducrot teve acesso ao trabalho de Perelman e faz uma observação, que se torna básica em sua teoria: as relações intersubjetivas não se encontram, como propõe Perelman ao falar da relação entre orador e auditório, fora da linguagem; mas, sim, dentro da linguagem, e que a argumentação pode ser estudada apenas do ponto de vista lingüístico (Anscombe e Ducrot, 1988). O posicionamento de Ducrot em relação à concepção tradicional da argumentação é muito mais radical que os assumidos por Perelman e Toulmin. Propõe um afastamento total do modelo de argumentação centrado no formalismo cartesiano, que chamou de teorias representacionistas. Para ele, o indivíduo sempre atualiza seu discurso a partir de um ponto de vista subjetivo. É nesta linha que Marta Tordesilla apresenta a teoria da Argumentação na Língua no prólogo de “A argumentação na língua”:

Sua proposta teórica não só se afasta radicalmente das teorias representacionistas, como tão pouco compartilha das concepções que estabelecem a oposição subjetivo/objetivo, por considerar que não permitem descrever a significação a não ser o suficientemente radicais em sua incorporação da subjetividade (ibid, p. 14)<sup>1</sup>

Ducrot define a TAL como uma teoria que busca dar conta de descrever o sentido dos enunciados. Assim, o enunciado é interpretado a partir de sua descrição semântica, possibilitando o surgimento do sentido do mesmo. O enunciado é, para

---

<sup>1</sup> Su propuesta teórica no solo se aleja radicalmente de las teorias representacionistas, sino que tampoco comparte las concepciones que establecen la oposición subjetivo/objetivo, por considerar que no permiten describir la significación de la subjetividad.

Ducrot, um elemento que compõe o encadeamento argumentativo, formador do discurso. É na relação enunciado e discurso que se dá a análise da TAL, ou seja, o discurso, formado por seqüência de enunciados, é aquilo que é observável, analisável pelo lingüista. Entendemos que o sentido em que a noção de discurso é tratada por Ducrot coincide com o sentido que Ducrot dá à noção de texto. Esta noção, a de texto, não tem um espaço significativo na teoria de Ducrot. Em termos ducrotianos, só podemos falar em texto se entendermos texto como formado por seqüência de enunciados, ou seja, como o que ele chamou de discurso. Devemos ter em mente a noção de discurso da forma como é tratada por Ducrot toda vez que utilizarmos a TAL para algum tipo de análise lingüística.

Em relação à definição de argumentação em Ducrot, faz-se necessária uma observação prévia. Desde a publicação de “A argumentação na língua”, em 1983, Ducrot vem reformulando sua teoria sobre argumentação e conseqüentemente a definição da mesma. Portanto, não faremos referência às primeiras definições utilizadas por Ducrot, mas sim às últimas apresentadas dentro do quadro teórico denominado de Teorias dos Blocos Semânticos-TBS. Esta definição já é uma resposta a outra definição de argumentação apresentada na fase anterior da teoria (Teoria dos *Topoi-TT*). Um dos postulados básico da TAL é o de que a argumentação está na língua; temos, neste caso, uma espécie de noção de argumentação puramente discursiva, a língua mesma oferece os elementos necessários para a construção da argumentação. Marion Carel (1997, p. 14), principal representante da Teoria dos Blocos Semânticos-TBS assim define a argumentação: “para nós, argumentar consiste em reunir blocos semânticos”.

Vemos que Carel apresenta uma definição de argumentação numa linha totalmente diferente das propostas por Perelman e Toulmin. Para ela, quando argumentamos, o que nós fazemos é uma escolha dentre vários princípios argumentativos que a língua oferece, tais como ‘o trabalho leva ao êxito’, ‘o apetite é sinal de saúde’ e nos posicionamos em relação a estes princípios, ora os afirmamos, ora os negamos. A intenção é apresentar a língua como sendo ela mesma argumentativa.

Desde 1983, quando Ducrot e colaboradores postulam a TAL, a teoria esteve em constantes evoluções. Podemos distinguir 3 fases dessa evolução: a Fase Standard, a Fase da Teoria dos *Topoi* e a Fase da Teoria dos Blocos Semânticos<sup>2</sup>.

Sobre a relação entre Argumentação e Retórica na TAL, podemos fazer as seguintes observações: Primeiramente, a teoria da argumentação de Ducrot e colaboradores, que não se inicia em 1983<sup>3</sup>, era vista como totalmente afastada da Retórica. Vejamos o que diz Meyer (1982, p.118) - observe que esta referência à argumentação em Ducrot é anterior à postulação da TAL:

A interpretação retórica consiste em calcular o valor semântico, conhecendo a do argumento. Com efeito, esta relação argumentativa, tal como Ducrot a descreve, não é retórica, pois nenhuma menção é feita quanto à vontade de convencer outrem. Além do mais, trata-se, pois, de uma tese particular sobre a argumentação, a saber que existe, no sentido literal de uma frase, uma indicação argumentativa, que recorre ao implícito do contexto para sugerir uma conclusão (convincente ou não).

Já Marion Carel apresenta, na TBS, uma crítica à proposta de argumentação de Ducrot. Para ela, argumentar não é justificar. Argumentar consiste em evocar blocos semânticos, princípios (que constituem o próprio conteúdo do EA) expressos em fórmulas (regras) como, por exemplo, 'o apetite é sinal de saúde'. A argumentação poderá então ser percebida como uma quase-demonstração e dá crédito à idéia de que a linguagem é capaz não somente de persuadir, mas também de convencer.

Carel admite que a TAL possa ser entendida como uma concepção de argumentação atrelada ao retórico (persuadir), indo mais além, podendo a TBS ser entendida como uma teoria que também possibilita a análise no sentido do convencer, do que Perelman chamou de argumentos dirigidos a um auditório geral, ou seja, a toda uma comunidade. Para a confirmação de que existe componente retórico em Ducrot,

---

<sup>2</sup> Como a TAL é pressuposto deste trabalho, não nos deteremos em explicitar a teoria neste momento, pois a explicitaremos num capítulo específico, a partir da análise da noção de 'encadeamento argumentativo' nas 3 fases da teoria.

<sup>3</sup> Os estudos de Ducrot e colaboradores sobre a Argumentação não têm início em 1983. Antes de postularem que a argumentação está na língua, os autores realizaram outros estudos sobre a argumentação, conhecidos como etapa do descritivismo radical e etapa da pressuposição. Ver Anscombe e Ducrot (1988).

faz-se necessária uma análise mais pertinente e exclusiva sobre o tema, o que não foi o objetivo dessa unidade.

Concluimos, nesta caminhada na linha dos estudos sobre a argumentação, que os estudos sobre a argumentação são realizados em constantes retomadas e seguidos avanços. Assim, é que desde a explicação da linguagem através dos mitos, passando pelas importantes contribuições apresentadas por Aristóteles, os estudos argumentativos de O. Ducrot são formados tendo por base tudo o que o antecedeu. Também contribui para seus estudos, os enfoques teóricos apresentados por Perelman e por Toulmin. Verdade é que Ducrot apresenta uma grande contribuição aos estudos sobre a argumentação, abordando o tema sob uma perspectiva peculiar, não abordada por seus antecessores, ou seja, a partir da própria língua. Dessa forma, amplia-se o campo de pesquisa na área e as possibilidades de análise dos fenômenos da argumentação.



## **2. A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA – TAL**

A Teoria da Argumentação na Língua – TAL – é uma teoria semântica de interpretação do sentido dos enunciados. Sua origem está relacionada à intenção dos autores de elaborar uma teoria que fosse de encontro à teoria tradicional do sentido, que afirma ter o sentido do enunciado três tipos de indicações: objetivos, subjetivos e intersubjetivos. Os autores da TAL propõem a unificação dos aspectos subjetivos e intersubjetivos, reduzindo-os ao que chamaram de valor argumentativo dos enunciados, considerado por eles como o nível fundamental da descrição lingüística, assim como propõem a não-utilização do aspecto objetivo, já que para eles a língua não tem parte objetiva. Ao fazer esta afirmação, acreditamos que Ducrot opta não por uma concepção de língua a ser adotada, mas por uma concepção de língua que não tem espaço em seus trabalhos, a que a define como expressão do pensamento.

Esta separação tem relação direta com a noção de pragmática, que para os autores é atrelada à noção de semântica. Assim, para Ducrot (1988, p.63/64): “Um elemento pragmático é um elemento que tem a ver com as relações intersubjetivas e não se refere à descrição da realidade”.<sup>4</sup>

Ducrot (ibid, p. 64) apresenta a idéia fundamental e o objetivo da TAL:

A frase mesma tem indicações sobre as relações entre os interlocutores e toda minha teoria sobre a argumentação está destinada a justificar esta idéia [...] É mostrar que a frase, e portanto, a língua, contém alusões à atividade de fala, contém alusões sobre o que fazemos quando falamos.

A TAL apresenta alguns pressupostos. Entre eles têm-se: o de que a argumentação está na língua e o de que a estrutura básica argumentativa é o do encadeamento argumentativo, que serão abordados neste trabalho. Quando Ducrot e colaboradores afirmaram que a argumentação estava na língua, entendemos que eles diziam que o processo argumentativo tem origem nos próprios elementos lingüísticos, e não que todos os enunciados sejam essencialmente argumentativos. O que podemos

---

<sup>4</sup> Un elemento pragmático es un elemento que tiene que ver con las relaciones intersubjetivas y no se refiere a la descripción de la realidad.

fazer é usar qualquer enunciado com propósitos argumentativos. É o que diz Raccach (2005, p.31) ao exemplificar que a frase ‘são cinco para as oito’ pode ser usada como resposta à pergunta ‘que horas são?’; mas pode ser utilizada por um enunciador sugerindo pressa a seu interlocutor. A argumentação dá-se no próprio encadeamento entre os enunciados que o compõem. Nossa análise partirá do encadeamento argumentativo pela importância assumida por este pressuposto em análise de textos e no ensino de línguas.

A noção de Encadeamento Argumentativo (EA) assume posição importante dentro da Teoria da Argumentação na Língua – TAL, conseqüentemente dentro da Semântica Argumentativa<sup>5</sup> (SA). Tem sua origem na noção de ‘relação’ apresentada por Saussure no Curso de Lingüística Geral. A diferença é que em Saussure, a relação é tratada no âmbito dos signos, das palavras, já na TAL, a relação é tratada no âmbito dos discursos.

A teoria de Ducrot e colaboradores (quando nos referirmos à TAL, usaremos apenas Ducrot) sobre a argumentação é uma teoria que abrange aspectos tanto relacionados ao discurso quanto relacionados ao léxico. Outros fenômenos lingüísticos são relacionados a esses dois focos de estudo durante o desenvolvimento da teoria. Assim ocorreu com as noções de pressuposição, subentendido, polifonia, *topos*, modificadores, operadores, sendo que a cada momento um ou outro destes fenômenos é mais evidenciado. Porém, um elemento é constante na teoria: a noção de encadeamento argumentativo. É, portanto, a partir da análise de como o EA é abordado em cada fase da teoria que pretendemos explicar a própria teoria.

## **2.1. A Base da Teoria da Argumentação na Língua**

Para melhor entendermos os posicionamentos de Ducrot, buscaremos apontar teorias que de alguma forma influenciaram seus trabalhos. Deter-nos-emos em dois lingüistas que representam muito bem as linhas teóricas que mais influenciam o trabalho de Ducrot. Do lado Estruturalista, Ferdinand de Saussure e, do lado da Lingüística da Enunciação, Émile Benveniste.

---

<sup>5</sup> Guimarães (2001, p. 146) apresenta a Semântica Argumentativa como uma das vertentes da pragmática enquanto estudo das relações entre os interlocutores numa situação de discurso. Aqui a Semântica Argumentativa será tratada como uma teoria semântica de interpretação do sentido do enunciado.

### 2.1.1 Filiação ao Estruturalismo Saussuriano

Iniciamos por Saussure. Ducrot diz-se fortemente influenciado pelos estudos saussurianos:

Em artigo publicado na França em 1993, e traduzido no Brasil em 1999, Ducrot diz que um dos objetivos que norteiam a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) é o de fazer a descrição semântica da língua no quadro do estruturalismo saussuriano. (Barbisan, 2005, p.23.)

Ainda sobre o Estruturalismo, o próprio Ducrot afirma (1987, p.67) que “[...] a semântica lingüística deve ser estrutural. E, de outro, o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação”.

Observa-se, assim, que a base do pensamento de Ducrot difere do pensamento de Saussure. Em entrevista a Heronildes Moura (1998, p.5), diz Ducrot:

A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso.

Alguns conceitos próprios do estruturalismo foram utilizados por Ducrot, tais como os conceitos de ‘relação’ e de ‘língua e fala’. O conceito de relação assume papel importante dentro da TAL. Para Saussure (1995, p.81) “o signo é a combinação do conceito e da imagem acústica”. É esta união, para Saussure arbitrária, que possibilita ao signo, assumir um valor semântico como elemento da língua. Mas, na busca deste valor semântico, Saussure diz, ainda, que os objetos da língua, por exemplo, o signo, só se definem, só assumem um valor semântico, em relação uns com os outros. Para Saussure (ibid, p. 139) “A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação”.

Ducrot assume que a noção de relação é importante base para a TAL. Barbisan (2005, p.25) falando sobre a teoria de Ducrot afirma que “Na Teoria da Argumentação na Língua, a noção de relação se encontra nas relações sintagmáticas que definem os

encadeamentos discursivos”. Um único tipo de encadeamento é escolhido: o argumentativo.

Quanto à relação língua (aspecto social da linguagem) e fala (aspecto individual da linguagem), Saussure toma como objeto de estudo a primeira. Esta distinção parece assumir mais um caráter metodológico que teórico, já que Saussure não desenvolve uma teoria sobre a fala.

Ducrot, analisando a dicotomia língua e fala, buscou inserir o componente lingüístico não abordado por Saussure: a fala. Mesmo com o objetivo de realizar uma descrição semântica de uma língua, Ducrot não acreditava que ela pudesse ser feita sem a observação de certos aspectos da atividade lingüística, ou seja, da fala. Diz Ducrot (1987, p.64): “Queremos dizer que o objeto teórico ‘língua’ não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade de fala”.

A análise que realizaremos, seguindo os pressupostos teóricos da TAL, terá por base a noção de estrutura. Basicamente, a estrutura que será observada será a estrutura formadora do EA. De acordo com Ducrot e, posteriormente com Carel, o EA, elemento possuidor do conteúdo semântico de um enunciado, possui uma estrutura: ‘A portanto C’ para o primeiro e, ‘A portanto C ou A no entanto C’ para a segunda. Esta é a base rígida, recorrente da língua.

### **2.1.2 Filiação à Teoria da Enunciação Benvenistiana**

Já Émile Benveniste (que também tem bases estruturalistas) tem como um de seus méritos o de ser um dos primeiros teóricos a inserir o sujeito nos estudos lingüísticos. Diz Benveniste (1991, p.82) “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. É a partir do momento que se observa a existência deste ato individual de utilização da língua, que caracteriza o sujeito, que o locutor, aquele que se apropria do ‘aparelho formal da língua’ e enuncia sua posição, realiza a implantação do outro.

[...] desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribui a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. (Benveniste, 1991, p.84)

Ducrot, tendo sido aluno de Benveniste, sofreu influência deste em seus estudos, tanto nos aspectos referentes ao estruturalismo quanto nos aspectos referentes à teoria da enunciação da linguagem. Ducrot assume o posicionamento firmado por Benveniste de que “a enunciação é um evento cuja descrição, de certa forma, está registrada no interior do próprio enunciado” (D’Ávila, 2004, p.159). O conceito de situação passa a ter um caráter lingüístico, a situação é criada no momento mesmo da enunciação e a partir dela. Falando sobre como o conceito de enunciação é tratado por Benveniste e por Ducrot, D’Ávila (ibid, p. 160) afirma que “Pode-se dizer, então, que tanto aquele (Benveniste) quanto este (Ducrot) concebem a enunciação como um evento que só inclui da situação aquilo que a língua registra como situação”.

Além deste ponto, um outro ponto aproxima os dois teóricos, o que diz respeito ao sujeito da enunciação. Este sujeito não representa o articulador do ato de fala, mas o(s) ser(es) que aparece(m) no enunciado e que é (são) identificado(s) por marcas existentes no próprio sentido do enunciado. Para eles, o sujeito é lingüístico e não empírico. É o que diz D’Ávila (ibid, p.155): “o sujeito da enunciação benvenistiano é um sujeito lingüístico: é a representação daquele que fala e, dessa forma, deve ter pessoa, tempo e lugar.” A forma como abordaremos a noção de sujeito na construção do sentido do enunciado a partir da TAL será aquela apresentada pela teoria da polifonia que será abordada mais à frente e não a apresentada por Benveniste. E este aspecto representa uma diferença entre os pressupostos de Benveniste e os de Ducrot. Sobre isto, Coutinho (2003, p. 27) diz que “A perspectiva de Ducrot se distancia assim da de Benveniste, na medida em que a polifonia enunciativa concebida pelo primeiro não corresponde de forma linear à expressão da subjetividade de que se ocupou o segundo”.

## **2.2 A Noção de Encadeamento Argumentativo nas Três Fases da TAL**

Os trabalhos sobre argumentação de O. Ducrot devem ser entendidos como um *continuum*, que tem seus marcos a partir da publicação de algumas obras. O primeiro momento de relevância para a teoria ocorre com a publicação de “A argumentação na Língua” (1983), que apresenta a forma *Standard* da Teoria. Sua principal contribuição para a Teoria foi a de apresentar a argumentação como sendo intrínseca à própria língua. Um segundo momento também importante foi a publicação, em 1984, de uma

nova edição de “A argumentação na Língua” (*L’argumentation dans la langue*)<sup>6</sup>, em que são acrescentados alguns capítulos sobre a noção de *topos* e de polifonia que marcam a segunda fase da teoria. A publicação do artigo “Os modificadores desrealizantes”, em 1995 por Ducrot<sup>7</sup>, aponta para uma nova fase na TAL: a análise argumentativa do léxico. É uma espécie de preparação para os estudos sobre a Teoria dos Blocos Semânticos, de Marion Carel, e que marca a terceira fase da teoria. Nesta fase, Carel opõe-se à Teoria dos *Topoi* de Ducrot. Afirma que argumentar não é justificar, afirmação que faz com que Ducrot reformule a noção de *topos* da fase anterior. Nosso trabalho centrar-se-á nesta terceira fase, sendo que utilizaremos a teoria da polifonia apresentada por Ducrot na segunda fase da Teoria e que Carel utiliza em sua teoria sobre os Blocos Semânticos.

### 2.2.1. A Fase Standard

A fase Standard da TAL tem marco inicial com a publicação de ‘A Argumentação na Língua’ (1983), de Anscombe e Ducrot. A obra aponta para uma mudança de posição na formulação teórica sobre a argumentação até então produzida. A partir da observação de que alguns elementos não se comportavam de acordo com a concepção tradicional da argumentação<sup>8</sup>, que recorriam a elementos externos à língua para explicar o processo argumentativo que se dava de um argumento a uma conclusão, Ducrot assume um posicionamento radical: para ele, a língua mesma já apresenta instruções que possibilitam o processo argumentativo de um argumento a uma conclusão. Assim, surge a teoria da argumentação na língua – TAL.<sup>9</sup>

Na concepção tradicional da argumentação, os EA são do tipo A.....} C, em que o enunciado-argumento A deve exprimir um certo fato F, sendo este fato F, uma representação da realidade que pode ser verdadeira ou falsa, mas que deve sustentar a argumentação, ou seja, é a partir de F que se faz a argumentação no sentido de um

<sup>6</sup> A versão que tivemos acesso foi a de 1988, versão em espanhol.

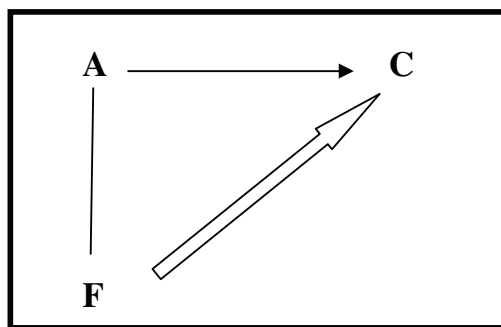
<sup>7</sup> Publicado no *Jornal de Pragmática*, nº 24, traduzido para o espanhol por Corina García González e Alicia Barbieri em 1998.

<sup>8</sup> Em Ducrot (1989, p. 16-18) é apresentada uma explicação, pelo autor, sobre o que chamou de concepção tradicional da argumentação, concepção à qual se opõe. Para Ducrot, esta concepção de argumentação não é lingüística.

<sup>9</sup> É importante ressaltar que os estudos de Ducrot e Anscombe já vinham sendo realizados bem antes deste momento. Em Anscombe e Ducrot (1988) é apresentada uma estruturação dos trabalhos em 4 fases, sendo duas dessas fases anteriores à postulação da argumentação na língua, denominada Fase Standard da TAL.

enunciado-conclusão C. O movimento argumentativo de A a C é, então, sustentado por um terceiro elemento, externo à língua, essencial para a argumentação, sendo a origem do encadeamento argumentativo puramente factual. Vejamos o quadro apresentado em Ducrot (1988, p. 75):

**Figura 3 - Esquema referente à concepção tradicional da argumentação.**



Vejamos um exemplo de argumentação centrado na concepção tradicional de argumentação. Sejam os enunciados (3) e (4):

- (3) Pedro trabalhou pouco;
- (4) Pedro trabalhou um pouco.

Como a argumentação é sustentada pelo fato F, representado pelo conteúdo comunicado, temos que (3) e (4) podem representar o mesmo conteúdo factual, expressam uma quantidade considerável de ‘trabalho’, na significação da frase. Se (3) é tido como verdadeiro, (4) também o é.

Discordando desta tese, foi que Ducrot passou a verificar que em casos como os de (3) e (4) a inserção de um elemento lingüístico como ‘pouco’ e ‘um pouco’, mesmo representando um mesmo fato, parece promover uma orientação argumentativa diferente. E essa orientação seria dada pela inserção desses elementos lingüísticos. Assim sendo, a argumentação parece já estar na própria língua, não sendo necessário recorrer a elementos extralingüísticos para sustentar uma conclusão. Ducrot observou que a argumentação do tipo A.....} C, não se dá com base em um fato F. E que aquilo que possibilita o encadeamento deste tipo está presente na própria língua, ou seja, a língua possui valores argumentativos. Apresentando-se como uma recusa frente aos

postulados apresentados pela concepção tradicional da argumentação, Anscombe e Ducrot (1988, p. 18), dizem que a teoria da argumentação postuladas por eles coloca-se “Frente a esta proposta tradicional, a hipótese que a ‘argumentação na língua’ defende é que a argumentação está inscrita na própria língua, nas frases mesmas”.<sup>10</sup>

Ducrot interessa-se em explicar por que os enunciados que apresentam pares de frases como em (3) e (4) representam o mesmo fato, mas não autorizam a mesma argumentação. Observamos que neste momento da teoria, Ducrot utiliza-se da noção de ‘fato’, representação da realidade, para contrapor-se a ele, para caminhar no sentido de mostrar que a língua possui valores argumentativos que possibilitam os enunciados serem utilizados argumentativamente e em uma dada direção. É neste momento que Ducrot afirma que a língua é essencialmente argumentativa e, se, na língua, existe algo de informativo, seu uso é argumentativo. A construção do discurso tem por base a argumentação. Sobre sua teoria e de seus colaboradores, afirma: “[...] nosso compromisso estruturalista de não descrever a língua como meio de dar informações sobre o mundo, senão como um meio de construir discursos.”<sup>11</sup> (Ibid, p. 143).

Voltando aos exemplos (3) e (4), apresentamos, agora, como eles são analisados na Fase Standard da teoria:

(3) Pedro trabalhou pouco.

(4) Pedro trabalhou um pouco.

Como já afirmamos, do ponto de vista factual (3) e (4) podem, perfeitamente, representar o mesmo conteúdo, serem sinônimos. Mas há uma diferença de sentido entre os dois enunciados, se os olharmos de um ponto de vista da argumentação.

De acordo com a TAL, devemos observar a existência de uma expressão argumentativa presente no enunciado-argumento que justifica a postulação do enunciado-conclusão. No caso de (3), observamos que a expressão argumentativa ‘trabalhar’ permite encadear conclusões como ‘descansar’ e ‘êxito’. É necessário ocorrer uma espécie de restrição a esse potencial argumentativo apresentado pela

---

<sup>10</sup> Frente a esta propuesta tradicional, la hipótesis de l’argumentation dans la langue defende que la argumentation está inscrita en la lengua, en las frases mismas.

<sup>11</sup> [...] nuestro compromiso estruturalista de no describir la lengua como un médio de dar informaciones sobre el mundo, sino como un médio de construir discursos.



expressão argumentativa ‘trabalhar’. Essa restrição é apresentada pelo operador argumentativo (OA) que, além de restringir, instrui o próprio sentido dos enunciados, regulando a orientação argumentativa dos mesmos.

Assim, em (3) ‘pouco’ orienta para a conclusão no sentido de que ‘Pedro não trabalhou’; enquanto que em (4), ‘um pouco’ orienta no sentido de que ‘Pedro trabalhou’. Vemos a importância assumida pelos operadores argumentativos na fase Standard da TAL. Nesta situação, a conclusão a que os autores chegaram é que ‘pouco’ orienta negativamente, enquanto que ‘um pouco’ orienta positivamente.

Podemos concluir dos exemplos (3) e (4) que como diz Espíndola (2004, p. 28), para sabermos se um enunciado era argumentativo ou não, bastava encontrar uma conclusão que poderia ser atribuída ao enunciado com um determinado operador argumentativo, que ao ser mudado por outro, mudaria também a conclusão.

A noção de encadeamento argumentativo passa a ser do tipo A.....} C, excluindo-se o fato F. Como vimos acima, para uma correta interpretação da Fase Standard da TAL, faz-se necessária a utilização de algumas noções lingüísticas, que atuam no EA, e que contribuem para a construção do sentido do enunciado. São elas: expressão argumentativa, potencial argumentativo e de operador argumentativo. Expressão argumentativa – “expressões da língua que impõem um valor argumentativo aos enunciados onde aparecem” (Ibid, p. 26). Essas expressões assumirão papel central na Teoria dos Blocos Semânticos. Potencial argumentativo — “O potencial argumentativo de um enunciado como ‘Pedro trabalhou um pouco’ consistiria no conjunto dos enunciados que podem eventualmente lhe ser encadeado em um discurso por um ‘portanto’ ou por um conectivo deste tipo, explícito ou implícito” Ducrot (1989, p. 20). Exemplos: Pedro trabalhou um pouco: ele está cansado; ele tem o direito de descansar; ele talvez tenha terminado o artigo. Operador argumentativo – Enunciados tidos como possíveis de serem utilizados numa mesma situação discursiva permitiriam conclusões diferentes a partir da permuta dos OA. É o caso dos exemplos, utilizados por Ducrot e colaboradores com ‘pouco’ e ‘um pouco’.

(5) Pedro trabalhou um pouco. Pode ter êxito.

(6) Pedro trabalhou pouco. Não vai ter êxito.

A principal contribuição desta fase para a TAL está na apresentação da idéia de que a argumentação está na língua, ou seja, que a língua mesma apresenta alguns elementos que restringem o conteúdo semântico dos enunciados, e que se realiza em EA do tipo A.....} C. Este pressuposto é mantido nas outras fases da teoria.

Chamamos a atenção (novamente), de forma resumida, para a explicação de como as noções de EA e de argumentação eram trabalhadas na Fase Standard: O EA dá-se de um enunciado-argumento A a um enunciado-conclusão C, em que o enunciado A orienta no sentido de uma conclusão C, observando as instruções contidas nos operadores argumentativos. Como a TAL é uma teoria semântica de interpretação de enunciados, argumentar, nesta fase, é entendido como o resultado da relação entre os segmentos A e C, de um determinado encadeamento, sendo seus segmentos ligados por operadores de frases, que constituíam o ato de argumentar.

### **2.2.2. A Fase da Teoria dos Topoi - TT**

Em 1984, Ducrot e colaboradores realizaram uma reformulação na TAL e acrescentaram alguns capítulos à obra “L’Argumentation dans la langue”. Surge, então, a Teoria dos *Topoi*.

A reformulação deu-se a partir da observação da existência de alguns problemas na Fase Standard da teoria. Ducrot observou que, em algumas frases, a alteração dos operadores argumentativos não fazia com que a classe das conclusões fosse diferente. Esta observação, exemplificada abaixo, quebra um dos postulados da fase Standard.

Ducrot (1988, p. 42-94) apresenta exemplos com as expressões ‘quase’ e ‘apenas’:

- (7) São quase oito horas;
- (8) São apenas oito horas;
- (9) São oito horas.

Comparando as expressões (7) ou (8) com a expressão (9) em que não aparece o operador argumentativo, deveríamos, de acordo com a Fase Standard da TAL, ter conclusões diferentes. Vejamos: à expressão (7), podemos encadear uma conclusão do

tipo ‘é tarde’; à (8) podemos encadear uma conclusão como ‘é cedo’. Mas podemos encadear à expressão (9) tanto a conclusão que demos à (7) quanto a que demos à (8).

Essa evidência restringe a força que os operadores argumentativos possuíam. Eles já não mais limitam as conclusões possíveis, parece que estas conclusões dependem mais da intenção do locutor e do contexto do enunciado. Sobre este problema apresentado na Fase Standard da teoria, Ducrot (1989, p. 21) diz: “O problema é que as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumento e conclusão, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação”.

O encadeamento argumentativo continua sendo do tipo A.....} C, mas a argumentação passa a ser analisada a partir das expressões argumentativas, segmentos semânticos, do enunciado A que justificam uma certa conclusão C e que devem estar fundamentada por um princípio argumentativo, o *topos*, e não mais a partir dos operadores argumentativos. Esses, que na Fase Standard da teoria tinham a função de permitir conclusões diferentes a partir da sua utilização, sendo, portanto, introdutórios da própria argumentação, agora, passam a servir para especificar que Forma Tópica (FT) atualizar, que força argumentativa terá o enunciado, no momento mesmo da enunciação.

Para resolver os problemas da Fase Standard da teoria, Ducrot acrescenta duas novas noções: a noção de polifonia e a noção de *topos*. Falando sobre a segunda fase da TAL, Ducrot (1988, p. 52) diz: “Sua característica principal é fazer intervir a noção de polifonia, ou seja, busca integrar a polifonia ao estudo da argumentação. Por outro lado, esta forma utiliza a noção de *topos*, conceito ao qual me referirei mais adiante”.<sup>12</sup>

Veremos agora como estas duas noções foram introduzidas na TAL, e em que elas modificaram a fase anterior:

### *A Noção de Polifonia*

Antes de apontarmos como a teoria da polifonia proposta por Ducrot serviu como pressuposto para a afirmação de que o processo argumentativo é intrínseco à

---

<sup>12</sup> Su característica principal es la de hacer intervenir la noción de polifonia, es decir busca integrar la polifonia al estudio de la argumentación. Por otra parte, esta forma utiliza la noción de *topos*, concepto al cual me referiré más adelante.

própria língua, mostraremos de que polifonia trata Ducrot. Isto é necessário porque Ducrot tem uma forma peculiar de tratar da polifonia, faz uma espécie de análise polifônica do enunciado.

A TAL tem por base a concepção estruturalista da linguagem. Ducrot propõe fazer um estruturalismo do discurso, buscando inserir a polifonia dentro do quadro do discurso, analisado a partir dos enunciados. Assim, é que Ducrot levanta a hipótese de que o aspecto polifônico da linguagem encontra-se não apenas quando se analisa o texto como um todo, mas também quando se analisam os enunciados isoladamente. É o que afirma Barbisan (2002, p. 169) quando diz que ‘A proposta de Ducrot é levar a idéia de polifonia para o enunciado, definido por ele como segmento do discurso’.

O sentido de um enunciado, para Ducrot (1987), é a descrição de sua enunciação. Há no próprio enunciado indicações sobre o(s) autor(es) eventual (ais) da enunciação. A partir dessas indicações podemos descrever o que o enunciado quer dizer, não interessando, nesta linha teórica, o que o lingüista quer dizer. E, nesta fase, sabemos o que o enunciado quer dizer observando os posicionamentos dos enunciadores presentes nele.

Ducrot discute sobre um dos objetivos da TAL: questionar e substituir a teoria da unicidade do sujeito da enunciação. Para ele, existe na própria significação da maioria dos enunciados uma espécie de diálogo. Esta característica é evidenciada porque a análise da argumentação é feita a partir dos pontos de vista colocados no evento enunciativo pelo locutor, pontos de vista que caracterizam os enunciadores. Ocorre, no próprio enunciado, uma relação dialógica entre locutor e enunciador. O que caracteriza essa relação dialógica é o fato de o locutor, sendo responsável pelo que se diz, colocar como fonte dos enunciados, os enunciadores. Os enunciadores falam pelo locutor que usa essa estratégia para, às vezes, não assumir que é seu algum posicionamento que afirma através dos enunciadores. Somente dessa forma é que podemos falar que existe um diálogo na TAL, como uma espécie de relação entre locutor e enunciadores.

Ducrot afirma que existem as figuras do sujeito empírico (todo enunciado tem), produtor efetivo dos enunciados, sujeito não-lingüístico, não sendo, portanto, abordado

pela TAL, e as figuras do locutor e dos enunciadores. Estes dois últimos são sujeitos do discurso, responsáveis pelo processo da argumentação que dá sentido aos enunciados.

Sobre locutor, Ducrot (1987, p. 182) diz: “Por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como um ser responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado.”

E, sobre enunciadores, diz:

Chamo ‘enunciadores’ estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam poderes precisos; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando um ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (ibid, p. 192)

É na relação locutor x enunciadores, nos posicionamentos assumidos pelo locutor frente aos pontos de vista colocados em cena através dos enunciadores que surge o sentido dos enunciados. E, como a TAL é uma teoria semântica de construção do sentido dos enunciados, Ducrot faz alguns questionamentos que orientam a descrição do sentido dos enunciados:

Descrever o sentido de um enunciado consiste, ao meu juízo, entre outras coisas, em responder a diversas perguntas: o enunciado contém a função locutor? A quem se atribui esta função? A quem se assimila o locutor? Quais são os diferentes pontos de vista expressados, quer dizer, quais são as diferentes funções do enunciador presentes no enunciado? A quem se atribuem eventualmente estas funções?<sup>13</sup> (id, 1988, p. 20).

O locutor pode assumir, assim, alguns posicionamentos em relação aos enunciadores apresentados por ele no evento comunicativo. Estes posicionamentos consistem no próprio sentido do enunciado, revelados pelos pontos de vista e pelo posicionamento do locutor em relação aos enunciadores. Esses posicionamentos são

---

<sup>13</sup> Describir el sentido de un enunciado consiste, a mi juicio, entre otras cosas, en responder a diversas preguntas: ¿ el enunciado contiene la función locutor?, ¿ a quién se le atribuye esta función? ¿ a quién se asimila el locutor? ¿ cuáles son los diferentes puntos de vista expresados, es decir cuáles son los diferentes funciones de enunciador presentes en el enunciado? ¿ a quién se atribuyen eventualmente estas funciones?

apresentados em Ducrot (1988, p.66/67). Apresentamos, aqui, uma leitura que Barbisan (2002) fez destes posicionamentos, por entendermos ter ficado bastante clara a explanação:

Há quatro posições possíveis:

- 1 – aquela em que o locutor se identifica com um dos enunciadores, tentando impor um ponto de vista, como é o caso da asserção;
- 2 – aquela em que o locutor o aprova, indicando que está de acordo com o enunciador, mesmo se seu enunciado não tem como objetivo admitir esse ponto de vista, como é o caso da pressuposição;
- 3 – aquela em que há oposição entre locutor e enunciadores, como no humor, quando o locutor rechaça o ponto de vista absurdo, sem apresentar outro ponto de vista corrigindo o primeiro;
- 4 – aquela em que há identificação de um enunciador com uma pessoa, como se vê na ironia.

Em Ducrot (1988), temos alguns exemplos de como a polifonia passa a fazer parte da TAL, contribuindo para a construção do sentido dos enunciados. São apresentados exemplos com o humor, a negação, as locuções adverbiais e com pronomes anafóricos. Em Anscombe e Ducrot (1988), temos exemplos com a pressuposição.<sup>14</sup>

Exemplo com a negação:

(10) Pedro não é inteligente.

Interpretando o enunciado acima, de acordo com a TAL, devemos partir do princípio de que um locutor L põe em ação, na cena enunciativa, dois enunciadores E1 e E2:

E1: Pedro é inteligente.                      (contrário a L, efetua um ato de asserção);

---

<sup>14</sup> A noção de pressuposição fora, primeiramente, analisada como um elemento lingüístico responsável pelas informações que não eram expressas diretamente nos enunciados, mas que eram de conhecimento tanto do locutor quanto de seu alocutário. Esta fase é anterior à fase Standard da TAL. Depois passa a ser analisada como um caso de polifonia.

E2: Pedro não é inteligente. (E2, assimilado por L, opõe-se à asserção de E1).

O sentido do enunciado (9) é produzido pela posição que, nele, o locutor declara assumir relativamente aos seus enunciadores e aos seus pontos de vista presentes no enunciado. L identifica-se com E2 e, além disso, recusa E1.

Exemplo com pressuposição:

(11) Pedro parou de fumar.

Interpretando o enunciado acima, de acordo com a TAL, devemos partir do princípio de que um locutor L põe em ação, na cena enunciativa, dois enunciadores E1 e E2:

E1: afirma que Pedro fumava.

E2: afirma que Pedro parou de fumar.

O sentido de (11) é construído a partir da identificação dos posicionamentos do locutor em relação aos enunciadores. Neste caso, o locutor, mesmo aceitando E1, não se responsabiliza pelo que foi dito por ele, identificando-se com E2, ponto de vista a partir do qual encadeará as conclusões possíveis.

Exemplo com 'mas'

(12) Faz bom tempo, mas estou cansado.

No caso de (12), o locutor apresenta 4 enunciadores:

E1 que afirma o bom tempo, (o locutor aprova); E2 que justifica o convite ao passeio a partir do bom tempo (o locutor aprova); E3 que alega cansaço (o locutor identifica-se) e E4 que conclui, a partir do cansaço, por não fazer o passeio (o locutor identifica-se). Este é um exemplo bem representativo de polifonia em enunciados. Observe que os pontos de vista ocorrem nos dois enunciados que compõem o encadeamento argumentativo.

A inserção da polifonia na TAL faz com que o sentido dos enunciados passe a ser descrito a partir dos enunciadores presentes nele e não mais a partir deles próprios. A argumentação é feita, em EA do tipo A.....} C, a partir do enunciador presente em A que orienta no sentido de uma conclusão C, após um confronto de pontos de vista em que o locutor nega ou aceita um deles, identificando-se com aquele cuja conclusão esteja nele respaldado. Estes pontos de vista apresentados pelo locutor, através dos enunciadores, são o que caracteriza o *topos*. Assim, em um enunciado há um confronto de *topoi*. Esta noção, juntamente com a de polifonia, forma a base da segunda fase da TAL.

### *A noção de topos*

Iniciaremos apresentando a noção de *topos* presente no artigo *Topoi e Formas Tópicas*, em Anscombre e Ducrot (1988, p. 216-233), onde Ducrot e colaboradores apresentam uma definição geral da noção de *topos*. Falando sobre os encadeamentos dos segmentos A e C, em que A apresenta um segmento que justifica C, uma conclusão, diz que estes encadeamentos põem em jogo um terceiro termo que garante, que autoriza a passagem de A a C. O *topos* é este terceiro elemento que garante a passagem de A a C.<sup>15</sup>

Barbisan (2002, p. 171) faz uma leitura da noção de *topos* na segunda fase da TAL, dizendo que: “O *topos* é um princípio argumentativo, um lugar-comum argumentativo, que serve de intermediário entre o argumento e a conclusão. É a garantia que assegura a passagem do argumento à conclusão”.

Ora, o encadeamento argumentativo, nesta fase, continua sendo do tipo A.....} C, porém, Ducrot, diferentemente da fase anterior, diz que a argumentação é feita a partir do segmento A, e que este apresenta um teor de argumentatividade que orienta no sentido de uma conclusão C. Sobre isto, Ducrot afirma: (1989, p. 22-23): “o enunciado E contém um elemento semântico e (expressão argumentativa) que possui valor argumentativo” .

---

<sup>15</sup> Influenciado pelos estudos da Teoria dos Blocos Semânticos, esta noção de *topos* é reformulada por Ducrot, já que a argumentação não é mais vista a partir da apresentação de uma justificativa A para uma conclusão C. Em uma entrevista a Heronildes Moura (outubro de 1996, na Universidade Federal de Santa Catarina), Ducrot afirma ter desistido de definir o *topos* como uma garantia, como uma espécie de terceiro termo que assegura e valida passagem de um argumento a uma conclusão. Ele passa a entender os *topoi* como fontes de discurso, que possibilita encadeamentos discursivos.



Assume importância, portanto, o conteúdo semântico expresso por e, que servirá na enunciação de E (o enunciado que forma o segmento A) como justificativa para uma certa conclusão r (segmento C), explícita ou implícita, ou seja, e orienta no sentido de r, e esta orientação é fundamentada por um princípio argumentativo, o *topos*.

Vejamos um exemplo dado pelo próprio Ducrot (ibid, p. 23):

(13) O tempo está bom (E). Vamos passear (C).

A relação do tipo A.....} C é a mesma da Fase Standard da TAL, mas a análise, é diferente. A origem da argumentação (construção do sentido do enunciado) está no segmento A, ou na terminologia de Ducrot, em E. O conteúdo semântico e ‘o tempo está bom’, dito por um locutor numa situação particular de enunciação, deve orientar para uma determinada conclusão. Esta orientação é justificada pela idéia consensual, pelo menos numa determinada comunidade social, de que ‘o calor torna o passeio agradável’. É esta idéia, subjacente ao processo enunciativo que permite a conclusão de r, a partir da enunciação de e. Como diz Espíndola (2004, p. 34): “Agora já não se trata somente de buscar a conclusão, além disso, há que buscar o *topos* convocado [...] enquanto não se descobre o *topos*, não se pode entender o que o argumentador pretendia”.

Vê-se que a argumentação constrói-se a partir das noções de polifonia e de *topos*. O locutor do enunciado coloca em cena os enunciadores, concordando ou não com eles, mas centrando a argumentação em um desses pontos de vista, ou *topoi*.

Como a própria TAL, Ducrot define a teoria dos *topoi* como uma teoria de interpretação de enunciados ou do sentido dos enunciados e diz que o objetivo da teoria é fazer a descrição semântica do enunciado, mais especificamente a descrição de uma imagem do evento enunciativo veiculado pelo enunciado. Assim, ao lado dos conceitos advindos da teoria da polifonia, em que Ducrot (1988, p. 16) diz que o sentido dos enunciados nasce do confronto dos diferentes sujeitos apresentados no enunciado; em Ducrot (1987,1988, 1989) é apresentado um quadro teórico em que os conceitos de discurso, frase, significação, sentido, enunciado e enunciação, devem ser interpretados para a correta compreensão da TAL. Vejamos cada um deles: *frase*: é uma estrutura

abstrata, construção do lingüista que permite dar conta dos enunciados. *Enunciado* é um segmento do discurso, fenômeno empírico, observável, ocorrência *hic et nunc* de uma frase; tem, pois, como o discurso, um lugar e uma data, portanto não se repete. Atinge os ouvidos do lingüista que a partir de então depreende as frases. *Significação* é o valor semântico da frase, contém uma instrução solicitando que se procure de que lugar fala o locutor, localizando o tempo e o espaço em que o locutor fala. *Sentido* é o valor semântico do enunciado, pertence ao domínio do observável. O *discurso* é uma seqüência de enunciados. A *enunciação* refere-se ao acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. É a descrição da enunciação que forma o sentido de um enunciado, já o *texto* é um discurso que se supõe ser objeto de uma única escolha.

Colocando o exemplo citado anteriormente dentro deste quadro teórico, temos:

(13) O tempo está bom. Vamos passear.

Àquilo que observamos, o sinal sonoro que chega aos nossos ouvidos, chamamos de discurso; aos grupos, partes ou seqüências que formam o discurso, chamamos de enunciados, ambos observáveis. E àquilo que faz com que o som que chega aos nossos ouvidos signifique, chama-se sentido. Para dar conta de explicar os fenômenos observáveis, o lingüista faz uso da frase e da significação, objetos abstratos, criados por ele. Ele vai buscar na significação das frases, nas instruções explicitadas pela frase, as orientações para a construção do sentido dos enunciados. As frases mesmas já apresentam aquilo que é necessário para a construção do significado de um discurso.

Como já dissemos, uma diferença na noção de encadeamento argumentativo desta fase para a Fase Standard da teoria é que os operadores argumentativos não mais têm a função de permitir conclusões diferentes a partir da sua utilização, agora eles servem para especificar que Forma Tópica (FT)<sup>16</sup> atualizar que força argumentativa terá o enunciado, no momento mesmo da enunciação. Então, a partir da observação de que elementos como ‘pouco’ e ‘um pouco’, colocados na classe dos OA na fase Standard, podiam orientar para as mesmas conclusões, os autores da TAL fizeram as seguintes modificações (Espíndola, 2004, p. 35): a noção de potencial argumentativo deixou de

<sup>16</sup> A noção de Forma Tópica está diretamente relacionada à característica gradual do *topos*. Ducrot diz que por ser gradual, o *topos* coloca em relação dois predicados graduais, duas escalas (Ducrot, 1995, p86).

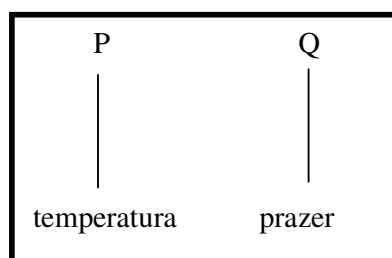
ser concebida em termos de conclusões possíveis a partir de um enunciado, passando a ser definida utilizando-se a noção de *topos*; a argumentação passa a ser definida em nível de enunciadores apresentados pelo discurso e não mais em nível de enunciados.

(13) O tempo está bom. Vamos passear.

Os segmentos e/A e r/C estão ligados pelo *topos* “O bom tempo torna o passeio agradável”. A noção de encadeamento é ampliada quando realizamos a análise levando-se em consideração uma das características básicas do *topos*: a gradualidade.<sup>17</sup>

Estabelece-se, a partir do *topos* convocado, uma correspondência entre a noção de ‘calor’ e a noção de ‘prazer’, como elementos passíveis de serem colocados em uma escala, assim representada em Ducrot (1988, p.106):

**Figura 4 – Modelo de escala argumentativo na TAL**



As expressões ‘temperatura’ e ‘prazer’ podem ser colocadas em uma escala. Teríamos, neste caso, que quanto mais calor, mais prazer; quanto menos calor, menos prazer. Este aspecto escalar das expressões argumentativas contribuiria para que o *topos* assumisse também uma característica gradual.

É assim que Ducrot (1995) e Anscombe e Ducrot (1988), explicando sobre a escalaridade dos segmentos P e Q, afirmam que a relação entre os segmentos P e Q é também escalar e que cada *topos* pode aparecer sob duas formas. Os *topoi* que seguem o mesmo sentido na escala são ditos concordantes ( + P + Q ) e ( - P - Q ); os que seguem sentidos contrários são do tipo discordantes ( + P - Q ) e ( - P + Q ).

<sup>17</sup> Ducrot (1989; 1995) mostra que o *topos* apresenta três características: são comuns, gerais e graduais.

Aceitando-se a noção de gradualidade dos *topoi*<sup>18</sup>, surge, então, a noção de Forma Tópica (FT).

A aplicação de uma Forma Tópica a uma situação constitui o que chamamos de ‘apreensão argumentativa’ da situação, apreensão que, para nós, é a função discursiva fundamental: discorrer acerca de um estado de coisas, é, antes de tudo, aplicar formas tópicas.<sup>19</sup> (Anscombe e Ducrot 1988, p. 221).

Assim, Ducrot apresenta, a partir das escalas de temperatura (P) e de prazer (Q), a construção de dois *topoi*:

<i>Topos</i> 1: concordantes	O calor torna ‘algo’ prazeroso’	A DONC C
FT ´1: + P	+ Q	Quanto mais calor, mais prazer;
FT ´´1: - P	- Q	Quanto menos calor, menos prazer;
<i>Topos</i> 2: discordantes	O calor não torna ‘algo’ prazeroso.	A DONC non-C
FT ´2: + P	- Q	Quanto mais calor, menos prazer
FT ´´2: - P	+ Q	Quanto menos calor, mais prazer.

Como a argumentação é descrita a partir dos enunciadores e não dos enunciados, ela se dá a partir da escolha de um *topos* pelo enunciador que autorizará sua ocorrência numa situação dada através de uma forma tópica.

Um enunciador, quando argumenta (...) faz duas coisas. Em primeiro lugar, escolhe o *topos* e, em segundo lugar, situa o estado de coisas de que fala e em um certo ponto da escala antecedente do *topos*. Este segundo ponto significa que o enunciador dá certo grau de argumentatividade, fraco ou forte, ao seu argumento. (Ducrot 1988, p. 109).

<sup>18</sup> Espíndola (2004) apresenta as 4 razões enumeradas por Ducrot e colaboradores, como justificativa para a postulação da gradualidade dos *topoi*.

<sup>19</sup> La aplicación de una Forma Tópica a una situación constituye lo que llamamos ‘la aprehensión argumentativa’ de la situación, aprehensión que, para nosotros, es la función discursiva fundamental: discorrir acerca de un estado de cosas, es, ante todo, aplicarle FT.

Ducrot, explicando o fenômeno da refutação, esclarece como as formas tópicas + P + Q e - P - Q fazem parte de um mesmo *topos*, ou seja, são equivalentes argumentativamente. Retomemos os exemplos, apresentados na fase anterior, com ‘pouco’ e ‘um pouco’.

(5) Pedro trabalhou um pouco, pode ter êxito.	+ P	+ Q
(6) Pedro trabalhou pouco, não vai ter êxito.	- P	- Q
(5a) Pedro trabalhou um pouco, não vai ter êxito.	+ P	- Q
(6a) Pedro trabalhou pouco, pode ter êxito.	- P	+ Q

(5) e (6) fazem parte do mesmo *topos* (o trabalho leva ao êxito) são equivalentes argumentativamente; assim como (5a) e (6a) são resultados da utilização do *topos* (o trabalho leva ao fracasso). O locutor de (6a) refuta a afirmação de que o não-estudo leva ao não-êxito (- P - Q) afirmado em (6). É esta observação que leva Ducrot e colaboradores a diferenciar a sua noção de encadeamento argumentativo, baseado no *topos*, da noção de encadeamento argumentativo baseado em princípios da lógica formal. Para Ducrot e colaboradores, dizer + P + Q equivale a dizer - P - Q, o que não acontece na lógica formal. Não é o mesmo dizer, de acordo com o silogismo clássico,

Todo homem é mortal,  
Se és homem,  
És mortal

De,  
Todo homem é mortal,  
Se não és homem,  
Não és mortal.

Na TAL, a noção de Encadeamento Argumentativo permite a refutação que depende da forma como os enunciadores atuam frente a um determinado *topos*, como aplicam a forma tópica. É assim que Espíndola (2004, p 55) diz que: “A aplicação de uma ou outra forma tópica constitui e depende, ao mesmo tempo, da apreensão argumentativa da situação, que é a função discursiva por excelência”.

É no próprio evento comunicativo que o ponto de vista colocado em cena pelo locutor constitui a apreensão argumentativa da situação. Assim, as noções de *topos*, através da escolha da FT aplicada à situação e, de polifonia, através do confronto dos pontos de vista que ocorrem na mesma situação, estão intimamente ligadas na TAL.

As noções de potencial argumentativo e de operadores argumentativos sofrem alterações, na passagem da primeira para a segunda fase da TAL. Como vimos, a noção de potencial argumentativo era definida como classe de conclusões possíveis de serem aplicadas a um argumento. Na segunda fase da teoria, passa a ser definida com a aplicação da noção de *topos*. Os operadores argumentativos não introduzem mais a argumentação. Essa já está presente na frase que compõe o enunciado A. Eles passam a ter a função de aplicar as formas tópicas selecionadas. E o sentido do enunciado é construído em EA do tipo A.....} C (A portanto C) a partir da exploração do potencial conclusivo das FTs. O resultado desta exploração é que permite chegar ao sentido de C. Veja que há um percurso a ser percorrido de A a C.

#### *A caminho da Teoria dos Blocos Semânticos*

O conceito de gradualidade, na TAL, é aplicado, também, à descrição do léxico da língua, e a argumentatividade passa a ser constitutiva do léxico, resultando da postulação de dois tipos de *topoi*: *topoi* intrínsecos e *topoi* extrínsecos<sup>20</sup>. Os primeiros referem-se à significação de unidade lexical, ligada à própria significação da palavra, enquanto que os segundos relacionam-se com os encadeamentos conclusivos. Anscombe (1995) realiza uma observação sobre a ocorrência do ‘mas’, buscando verificar se o *topos* convocado, em um enunciado, é intrínseco ou extrínseco.

É na explicação da diferença entre *topoi* intrínsecos e extrínsecos que a TAL deu um novo salto em suas pesquisas nesta última década. A observação básica foi a de que a argumentação/argumentatividade não se daria apenas na relação entre as frases, nos encadeamentos do tipo A donc C, caracterizadora dos *topoi* extrínsecos, mas se daria também a partir do léxico (substantivos, adjetivos e verbos), nos encadeamentos do tipo A donc neg-C (ou A pourtant C), caracterizadores dos *topoi* intrínsecos. Como diz Espíndola (2004, p. 63):

<sup>20</sup> No capítulo 2 (La nature des *topoi*) de *Theorie des topoi*, Anscombe (1995, p. 49-83) relata alguns critérios que permitem distinguir os *topoi* intrínsecos dos *topoi* extrínsecos.

Com a introdução da noção de *topoi* intrínsecos, na TAL, as palavras de conteúdo lexical passaram a ser concebidas como sendo potencialmente argumentativas. Ou seja, a significação das palavras passou a ser constituída por *topoi*.

Esta mudança de análise é o primeiro passo rumo à nova fase da TAL, que parte do pressuposto de que a análise deve direcionar-se ao léxico da língua. Surge, então, a noção mais atual da TAL – a Teoria dos Blocos Semânticos, que passamos a abordar a partir de agora.

### 2.2.3. A Fase da Teoria dos Blocos Semânticos - TBS

A Teoria dos Blocos Semânticos representa a terceira fase da TAL. Destacam-se os estudos de Marion Carel que, juntamente com Ducrot, introduzem na Teoria os estudos dos encadeamentos do tipo A *pourtant* C ( A no entanto C ), como fazendo parte dos encadeamentos do tipo A *donc* C ( A portanto C). Para Carel, o encadeamento em A *portanto* C já traz consigo o encadeamento em A no entanto C, como uma regra que já traz consigo sua exceção.

Assim como na teoria dos *topoi*, a noção de encadeamento assume posição de destaque na TBS. Ela é definida pela articulação entre dois segmentos (argumento e conclusão) ligados, semanticamente, pelos conectores *donc* e *pourtant* (seriam uma espécie de representante de vários conectores como: então, por isso, no entanto, mas, pois,...). A diferença para a teoria dos *topoi* consiste em que na TBS ocorre uma interdependência semântica entre argumento e conclusão, estabelecida no encadeamento. Os segmentos A e C não têm sentido se tomados isoladamente. Lembremos que na teoria dos *topoi*, o encadeamento é do tipo A *donc* C, em que A já possui uma expressão argumentativa que orienta no sentido da conclusão C tendo por base o *topos*. É a partir de A que se dá a argumentação. Na TBS nada pré-existe à argumentação.

Carel (1998, p. 262) criticando a noção de EA apresentada na fase da Teoria dos *Topoi*, faz a seguinte observação: “A forma tópica aparece então como um ‘caminho’ que une o argumento à conclusão: admiti-lo equivale a admitir que se possa chegar à conclusão a partir do argumento e afirmar o argumento é, então, legitimar a

conclusão”.<sup>21</sup> Para ela não existe essa passagem do argumento à conclusão. Argumentar não é dar A para concluir C. Para Carel (2001), argumentar consiste em convocar os princípios expressos por regras, tais como ‘o apetite é sinal de boa saúde’. E estes princípios constituem o próprio sentido do encadeamento argumentativo.

Eis o primeiro ponto a ser questionado por Carel: a apresentação do argumento como uma justificação a uma dada conclusão. Para Carel, argumentar não é justificar, não há um percurso a ser percorrido de A a C. Em "O que é argumentar" (2001), Carel apresenta um exemplo que esclarece esta interdependência de sentido entre os segmentos A e C de um enunciado, tese básica da TBS. Vejamos o exemplo abaixo:

(14) É perto, portanto Pedro pegou a bicicleta.

Em (14), o EA é do tipo A portanto C, tipo que a autora chama de ‘aspecto’. Mas o que significa perto? E o que significa bicicleta?

Carel chama a atenção para o fato de que a análise do sentido deve partir da observação sobre o que há de subjetivo (locutor) no enunciado. Em (14), o segmento A refere-se à noção de distância percorrida; o segmento C refere-se a um meio de locomoção. O que o locutor conclui é que "Devendo percorrer uma pequena distância, Pedro se comportou normalmente, contentou-se em utilizar um meio de locomoção fraco", suficiente para ir perto. Assim, o sentido construído em (14) é: a distância é tal que é normal que Pedro tenha se contentado com um meio fraco para percorrê-la.

O locutor de (14) não aprecia a distância nem o modo de percorrê-la, isoladamente. Os dois segmentos de (14) são interdependentes. O sentido só é construído se analisarmos os segmentos A e C juntos, chamados por Carel de Bloco Semântico. Em “argumentação no discurso: argumentar não é justificar” (1997), Carel apresenta mais exemplos que comprovam a existência dos blocos semânticos, da interdependência semântica entre os segmentos do enunciado.

---

<sup>21</sup> La forma tópica aparece entonces como un ‘camino’ que une el argumento y la conclusión: admitirlo equivale a admitir que se puede llegar a la conclusión a partir del argumento y afirmar el argumento es, entonces, legitimar la conclusión.



A frase (15) ‘O trem está lá’ é ambígua porque pode representar tanto que o ‘trem chegou’ como que o ‘trem não partiu’. Para construir o sentido de (15), Carel aplica à frase um encadeamento em ‘portanto’ que faz referência ao tempo. Surge então:

(16) É cedo: o trem deve estar lá.

(17) É tarde: o trem deve estar lá.

Em (16), temos a idéia de que o trem chegou; em (17), a de que o trem não partiu. Se os significados são diferentes é porque os segmentos de A influenciam no significado de C, que, neste caso, são idênticos. Conclusão: A influencia C.

Vejamos agora:

(18) É tarde: o trem deve estar lá. (o trem chegou)

(19) É tarde: o trem não deve estar lá. (o trem partiu)

Temos agora o ‘argumento’ com a mesma significação ‘é tarde’, porém os significados do enunciado são diferentes. Se os significados do enunciado são diferentes é porque o segmento C influencia no significado de A. Conclusão: C influencia A. Falando sobre a independência do sentido de um argumento e sobre a relação entre os enunciados com ‘portanto’, Carel (1998, p.265) conclui: “A primeira razão que me faz crer que um encadeamento com ‘portanto’ não é em absoluto uma justificação é que o argumento não tem sentido em si mesmo”.<sup>22</sup>

Dados estes exemplos, Carel chega à seguinte conclusão: não se interpreta primeiro um dos segmentos, mas os dois. Após chegar a esta conclusão, Carel (1995a, p.182) afirma em que consiste argumentar. Para ela “As regras exprimem estes blocos semânticos e argumentar, consiste então, não em justificar o conteúdo da conclusão, mas em ser coerente com uma certa regra”.<sup>23</sup>

Surge, então, a noção de blocos semânticos como resultado de uma interdependência semântica entre dois segmentos de um enunciado, noção que se

<sup>22</sup> La primera razón que me hace creer que un encadenamiento con ‘por lo tanto’ non es en absoluto una justificación, es que el ‘argumento’ no tiene sentido en si mesmo.

<sup>23</sup> Les règles expriment ces blocs sémantiques et argumenter consiste ainsi, non pas à justifier le contenu de la conclusion, mais à se prétendre cohérent avec une certaine règle.

encontra diretamente relacionada à de encadeamento argumentativo, que passa a ser definida como: toda seqüência de dois segmentos que são, de certo modo, dependentes Carel (2001).

#### A Noção de Bloco Semântico

Após comprovar a interdependência semântica entre os segmentos do EA, Carel passa a explicar como é formado o bloco semântico. Para compreender como isto ocorre, faz-se necessário entender também as noções de ‘regra, qualidade e aspecto’. Carel (1998, p. 271), apresenta os seguintes exemplos:

- (20) Pedro trabalhou um pouco: portanto tem possibilidades de ser aprovado no exame.
- (20´) Pedro trabalhou um pouco: no entanto foi reprovado no exame.
- (20 neg) Pedro trabalhou pouco: portanto corre o risco de ser reprovado no exame.
- (20 neg´) Pedro trabalhou pouco: no entanto foi aprovado no exame.

Para Carel, a noção de bloco semântico está diretamente relacionada ao conteúdo semântico do encadeamento argumentativo. Assim, nos 4 exemplos citados acima, fala-se do mesmo ‘trabalho-êxito’, temos, portanto, o mesmo bloco semântico.

Note-se que em (21) ‘a casa é agradável, Pedro vai poder trabalhar’ e (22) ‘a casa é agradável, Pedro vai poder descansar’, a relação semântica entre ‘agradável’ e ‘trabalhar’ não são iguais, não falamos do mesmo trabalho. Temos, portanto, blocos semânticos diferentes. A noção de BS relaciona-se à interdependência semântica entre os dois segmentos do encadeamento, constituindo uma idéia inteira, uma unidade semântica.

#### As Noções de Aspecto e de Regra

O aspecto na TBS é preso a uma regra. A regra diz respeito àquelas situações que são aceitas numa comunidade discursiva. Mas Carel traz para a TBS a noção de exceção à regra como sendo algo que também ocorre em uma comunidade discursiva. Assim, toda regra já traria embutida sua própria exceção. É como se uma regra apresentasse dois aspectos: o aspecto normativo, que representa o aspecto normal da regra, e o aspecto transgressivo da regra, que representa a exceção à regra, sendo que

um serve para confirmar o outro. A partir dessas duas formas de posicionamentos frente a um determinado bloco semântico, Carel apresenta as noções de ‘argumentação normativa (A portanto C)’ e ‘argumentação transgressiva (A no entanto C)’, são dois aspectos de uma mesma regra. Diz que se A, portanto C e A, no entanto C expressam a mesma regra, não a expressam a partir do mesmo aspecto. O locutor de A, portanto C usa o aspecto normativo; O locutor de A, no entanto C usa o aspecto transgressivo.

Voltemos aos exemplos citados acima para explicar as noções de ‘qualidade’ e de ‘regra’. Carel diz que (20) e (20 neg) apresentam, em relação ao bloco semântico (trabalho-êxito) qualidades diferentes: (20) afirma o bloco, é positiva; (20 neg) refuta o bloco, é negativa. A regra forma-se na junção de um bloco + uma qualidade. Temos (20) o bloco ‘trabalho-êxito’, na qualidade positiva, formando a regra 1; e (20 neg) o bloco ‘trabalhar-êxito’, na qualidade negativa, formando a regra 2. “Nenhuma das duas regras (...) identifica-se com o bloco semântico: ambas agregam ao bloco certa qualidade” Carel (1998, p. 272). Para sabermos se (20´) e (20 neg´) pertence à regra 1 ou à regra 2, devemos observar se o locutor de, por exemplo, (20´) Pedro trabalhou um pouco, no entanto foi reprovado no exame, aceita o que está expresso na regra 1 ou na regra 2. No caso citado, ele aceita a regra 1.

Cada bloco semântico é formado a partir de duas regras, cada uma tendo dois aspectos:

(20), (20´), (20 neg) e (20 neg´) têm o mesmo bloco;  
 (20) e (20´) - expressam a mesma regra;  
 (20 neg) e (20 neg´) - expressam a outra regra do mesmo bloco;  
 (20) e (20´) - realizam respectivamente cada um dos aspectos de sua regra comum, acontecendo o mesmo com (20 neg) e (20 neg´).

Sobre os encadeamentos argumentativos, Carel define que eles são a unidade de sentido e que argumentar consiste em ser coerente com regras que, através de sua lexicalização, aparecem em lugares-comuns. “Eu qualifico de EA toda seqüência de dois segmentos que são, de certo modo, dependentes; argumentar consiste em evocar blocos semânticos” Carel (2001). Em (20) ‘Pedro trabalhou um pouco, portanto tem possibilidades de se aprovado nos exames’, o encadeamento é argumentativo porque para constituir o seu sentido é convocado o princípio de que ‘o trabalho leva ao êxito’

expresso por sua regra normativa. Esta noção de princípio, o que equivale à noção de *topos* em Ducrot (fontes de discursos) é a base da construção do sentido.

Ducrot (2002), já falando dentro da 3ª fase, da TBS, diz que os EA são um conjunto dos discursos dotados de sentido. Sintaticamente são vistos como uma seqüência de proposições ligadas por um conector. Mas, poderíamos, ainda, perguntar: o que dá sentido a uma palavra? Encontra-se, portanto, no direcionamento da análise do sentido do enunciado como um todo para a análise da palavra que se encontra no enunciado a nova postulação da TAL. E, observando que são os aspectos que realizam as duas ocorrências de uma determinada regra, formadora de um bloco semântico, os autores da teoria passam a postular a existência no encadeamento argumentativo de dois tipos de argumentação: uma externa e outra interna.

#### Sobre Argumentação Externa e Argumentação Interna

Em Ducrot (2002) encontramos uma explanação sobre argumentação externa e argumentação interna. Após reafirmar que só o discurso é doador de sentido, o autor apresenta o encadeamento argumentativo como o protótipo do discurso, quer se apresente como A portanto C quer como A no entanto C. Em seguida, afirma que uma palavra é sempre associada a um ‘aspecto’, cujo sentido ele constitui. Os aspectos podem ser evocados de modo externo ou de modo interno. Diz Ducrot (2002, p. 8): “Um aspecto é evocado por uma entidade de modo externo, se essa entidade constitui um segmento do aspecto”.

Num exemplo como: ‘João está com pressa de chegar, portanto corre’, temos a entidade ‘ter pressa’ evocando o aspecto ‘ter pressa *portanto* agir rapidamente’. Se a entidade, que na argumentação externa pertence ao aspecto, for o primeiro ou o segundo segmento do aspecto, teremos a argumentação externa à direita ou à esquerda. No caso do exemplo acima, temos argumentação externa à direita. Para diferenciar argumentação externa de argumentação interna, Ducrot (ibid, p. 9/10) diz que:

Chamar-se-á argumentação externa (AE) de uma entidade a pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua, e que estão ligados a ela de modo externo. [...] Como a AE, a AI é feita de aspectos, mas como se trata de uma espécie de reformulação, é feita de aspectos cuja entidade, desta vez, não é ela mesma um segmento.

O enunciado 'João é prudente' pode ser parafraseado por 'Se há perigo, João toma precauções'. A entidade que origina o encadeamento argumentativo é 'prudente' que não faz parte do encadeamento, realizada pelo aspecto 'perigo' portanto precauções. Esta é a principal diferença entre AE e AI: nesta, a entidade não faz parte do aspecto; enquanto naquela, faz.

Os estudos mais recentes da TAL apresentam este direcionamento, ou seja, visam analisar a língua a partir das palavras que fazem parte do encadeamento argumentativo, sendo elas, portanto, que possibilitam a descrição semântica da própria língua.

### **3. UMA ANÁLISE DO USO DE ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS DA TAL**

Após realizar a resenha crítica sobre a Teoria da Argumentação na Língua, observando como ela fora construída, quais suas teses e conceitos básicos e, de analisar, a partir da observação de como se dá o ‘encadeamento argumentativo’ nas diferentes fases da teoria: a Fase Standard, a Fase da Teoria dos *Topoi* e a Fase da Teoria dos Blocos Semânticos, como a teoria foi sendo reformulada, chegamos a algumas conclusões básicas:

1. A TAL deve, necessariamente, ser estudada num contínuo, observando-se as alterações que a mesma vai sofrendo durante seu desenvolvimento;
2. Que essas alterações podem ser percebíveis se acompanharmos a construção do ‘encadeamento argumentativo’ nas 3 fases da teoria;
3. Que a TAL, sendo uma teoria lingüística que se propõe a descrever o sentido dos enunciados, busca, cada vez mais, nos elementos intrínsecos à própria língua a explicação para os fenômenos lingüísticos.

A partir das conclusões acima, partimos então para a realização de mais uma etapa de nosso trabalho, ou seja, apresentar uma discussão sobre como teóricos de outras áreas da lingüística (áreas que abordam os fenômenos lingüísticos de forma diferente da tratada pela Semântica Argumentativa) têm se utilizado de alguns conceitos advindos da TAL em suas análises. A intenção é, portanto, verificar como a proposta teórica de Ducrot e colaboradores está sendo utilizada por outros teóricos. Como a TAL foi sendo constantemente reformulada, buscamos observar se outros teóricos, ao fazerem uso da TAL, chamam a atenção para as reformulações que ocorreram na teoria e como a aproximação de suas áreas de estudo com a Semântica Argumentativa é possível.

Centrado no que dissemos acima, realizamos o seguinte questionamento, orientador deste capítulo: como outras áreas de estudo têm utilizado os pressupostos teóricos advindos da Semântica Argumentativa em suas pesquisas? Para realizar o que

nos propomos, selecionamos, entre tantos teóricos representativos das áreas da Lingüística Textual e da Análise do Discurso, dois (um da LT e outro da AD), que em suas obras utilizam postulados teóricos advindos da TAL: Ingedore G. V. Koch, cujas obras analisadas a colocam no campo da Lingüística Textual e Eduardo Guimarães, cujas obras analisadas o colocam no campo da Análise do Discurso. O critério utilizado para a escolha dos teóricos acima se centrou basicamente em dois pontos: serem teóricos que se inserem na perspectiva teórica da Lingüística Textual e da Análise do Discurso; e que utilizem em seus postulados teóricos conceitos advindos da TAL. Nosso objetivo é apresentar críticas referentes ao uso que os autores fazem dos pressupostos da TAL, a partir da noção de encadeamento argumentativo apresentado no capítulo anterior, observando, principalmente como os autores acima tratam, em suas obras, das reformulações teóricas existentes dentro da própria TAL e quais os cuidados teóricos que se fazem necessários para que a aproximação entre áreas diferentes tenha resultados satisfatórios. Realizamos, inicialmente, uma exposição sobre como os autores citados abordam alguns dos postulados da TAL, especificamente os que atuam no encadeamento argumentativo, para, em seguida, apresentarmos um posicionamento crítico referente a essa utilização.

### **3.1. – O uso do conceito de Operador Argumentativo**

Um dos autores que faz uso corrente dos postulados teóricos da TAL é Ingedore Koch. Koch realiza, em suas obras, uma abordagem sobre a noção de encadeamento argumentativo, tratando especialmente sobre os ‘operadores argumentativos’. Por este motivo, observamos como Koch trata a noção de operador argumentativo dentro do quadro da Lingüística Textual, observando a coerência da utilização desse conceito com o que afirma a teoria ducrotiana apresentada no capítulo anterior. Para que pudéssemos realizar uma análise crítica do uso desse conceito teórico da TAL por Koch, consideramos necessário realizar um percurso histórico das obras da autora, iniciando por ‘Argumentação e linguagem’, publicada em 1984 até ‘Ler e compreender: os sentidos do texto’, publicada em 2006. Fazendo isso, saberemos se a autora acompanhou as mudanças teóricas apresentadas por Ducrot em relação ao conceito de operador argumentativo, conceito que atua no encadeamento argumentativo.

Em Koch, encontramos uma preocupação permanente com os mistérios que rodeiam o texto. Assim é que a autora teoriza sobre os pressupostos teóricos da

Linguística Textual, em obras como “Linguística Textual: introdução”, de 1983, juntamente com Leonor L. Fávero e “Introdução à Linguística Textual”, de 2004; e, sobre o próprio texto, principalmente sobre a construção dos sentidos no texto, em obras como “O texto e a construção dos sentidos”, de 1997; “Desvendando os segredos do texto”, de 2002 e “Ler e compreender: os sentidos do texto”, de 2006. Nossa observação recaiu especificamente nos usos que a autora faz de alguns conceitos teóricos da TAL em suas obras, principalmente sobre a noção de ‘operador argumentativo’.

Passemos, então, a observar como estes usos ocorrem na obra de Koch. Iniciamos por ‘Argumentação e linguagem’, de 1984. Esta obra, que consiste na condensação da tese de doutorado da autora, defendida na PUC/SP em 1981, encontra-se revisada desde a 7ª edição em 2002; a que utilizamos para análise foi a 9ª edição de 2004. Luiz Antonio Marcuschi fez a apresentação da obra. Chamou a atenção para os novos estudos que estavam sendo introduzidos no Brasil desde o final da década de sessenta e que o trabalho de Koch contribuía para esta introdução. Certamente por ainda representar um estágio embrionário desses novos estudos em linguística, Marcuschi não aponta o rumo que o trabalho de Koch assume dentro do quadro dos estudos da linguagem, afirmando que a denominação da área em que o trabalho se inseriria, na Análise do Discurso ou na Linguística Textual, ficava a segundo plano naquele momento. O mais importante eram as análises realizadas pela autora, análises centradas na Semântica Argumentativa.

Na bibliografia da obra de 1984, constam textos de Oswald Ducrot entre os períodos de 1973 e 1980. Esse período é anterior à publicação de ‘A argumentação na língua’, de 1983, por Anscombe e Ducrot. Os pressupostos que a autora utiliza da Semântica Argumentativa são: pressuposição, operadores argumentativos, polifonia e de retórica aplicada. Centramos nossa análise nos operadores argumentativos por estarem diretamente relacionados à noção de ‘Encadeamento Argumentativo’ e por ser um conceito bastante recorrente na obra de Koch. Olhamos também para a pressuposição, principalmente para observarmos se ela era empregada como um caso de polifonia e, conseqüentemente, como um elemento que se insere no encadeamento argumentativo.

A autora, afirmando a tese defendida por Ducrot de que a argumentatividade está inscrita na língua, defende que a significação de uma frase é constituída pelo conjunto



de instruções inscritas na própria língua, sendo essas instruções de natureza gramatical (Koch, 2004, p. 102). Evidenciando a tese de que o enunciado serve para orientar argumentativamente num determinado sentido, apresenta os operadores argumentativos como sendo morfemas capazes de realizar conexões entre o enunciado origem e o enunciado encadeado. Afirma que é na Semântica Argumentativa que esses operadores “assumem o papel de determinar o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, pois, em marcas lingüísticas importantes da enunciação” (ibid, p. 103). Para realizar o exame desses operadores, a autora toma a noção de ‘escala argumentativa’ apresentada por Ducrot. Faz a análise de operadores como: *mesmo, até mesmo, até, pelo menos, ainda* entre outros. Chama a atenção ao pouco espaço dado ao estudo desses elementos argumentativos, afirmando que eles assumem grande parte da força argumentativa de um texto. Confirmando a força argumentativa dada aos operadores argumentativos, a autora define argumentação como: “[...] a responsável pelos encadeamentos argumentativos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em textos” (ibid, p. 157).

A autora insere Ducrot numa discussão sobre pressuposição como marca lingüística da argumentação, apresentando um texto de Ducrot de 1978 (pressuposição e alusão), em que o autor fala ainda de análises lógicas, em termos de verdade e falsidade, e de análises pragmáticas (essa separação acompanha os trabalhos de Koch com os nomes de ‘relações lógico-semânticas e discursivo-argumentativas), como condições de emprego, aos moldes dos filósofos analíticos de Oxford. Afirma que a partir de 1977, Ducrot passa a introduzir uma série de modificações relativas à noção de pressuposição. Apresenta a noção de pressuposto como sendo aquela em que o enunciador não quer fazer recair o encadeamento, já que o encadeamento é feito a partir do posto. Neste momento, a pressuposição passa a ser parte integrante do sentido do enunciado. Sendo algo que é dito, mas que não é assumido pelo locutor. A autora já apresenta a pressuposição como um caso de polifonia. Polifonia que contribui para a construção do sentido dos enunciados no interior do encadeamento argumentativo. Este percurso nos estudos da noção de pressuposição em Ducrot demonstra que Koch tem conhecimento da TAL, das modificações que ela sofreu.

Como afirmou Marcuschi, na apresentação da obra, não há uma intenção de inseri-la na Análise do Discurso ou na Lingüística Textual. Porém, observamos que outras obras de Koch têm um direcionamento maior para a Lingüística Textual. Uma

prova desse direcionamento é a produção, juntamente com Leonor Lopes Fávero de ‘Linguística Textual: introdução’, de 1983, em que os autores apresentam Ducrot como um dos representantes da Linguística Textual na Europa.

Partindo da obra publicada em 1984, passamos agora a observar como a autora desenvolveu, em obras posteriores, a análise dos operadores argumentativos, elemento diretamente relacionado à noção de ‘Encadeamento Argumentativo’, pressuposto que é mantido todas as vezes em que a autora faz referência a um trabalho de Ducrot.

Em ‘Introdução à Linguística Textual’, publicada em 2004, capítulo 6, intitulado ‘Formas de articulação textual’, a autora abre um espaço para a apresentação do que chamou de “Encadeamento de enunciados”. Divide os encadeamentos em: encadeamentos por justaposição e encadeamentos por conexão. Diz a autora que as relações estabelecidas por conexão entre os enunciados podem ser do tipo lógico-semântico ou do tipo discursivo-argumentativo. É neste último tipo de encadeamento que a autora insere Ducrot: “A distinção entre relações lógico-semânticas e discursivo-argumentativas tem sua origem nos trabalhos de Ducrot (1972, 1973, 1976, 1980, entre outras)” (Koch, 2004, p. 89).

Em seguida, a autora apresenta algumas relações discursivo-argumentativas: conjunção (soma) de argumentos, disjunção argumentativa, justificação ou explicação, comparação, conclusão, comprovação, generalização, modalização da força ilocucionária, correção, reparação e contrajunção.

Conclui seu pensamento sobre a noção de encadeamento discursivo dizendo:

O estudo das relações discursivo-argumentativas, que são as responsáveis pela estruturação dos enunciados em textos, tem sido de indiscutível importância para a melhor compreensão do funcionamento textual desde os primórdios da Linguística Textual até os nossos dias (Koch, 2004a, p. 91).

Pelo exposto, percebe-se que a autora não seguiu tratando dos postulados da TAL, conforme havia feito na obra de 1984. Passou a tratar o encadeamento argumentativo enfatizando o valor discursivo-argumentativo resultante da relação entre enunciados e não apenas o operador argumentativo apresentado no enunciado (ver anexo 1).

Outra obra em que Koch fez referência aos trabalhos de Ducrot foi ‘Ler e compreender: os sentidos do texto’, publicada em 2006. A autora, no capítulo 8 intitulado ‘Seqüenciação textual’, faz a mesma separação realizada em 2004. Na verdade, realiza uma espécie de colagem do texto de 2004. A diferença encontra-se apenas no título do capítulo, os títulos textualmente são diferentes, mas o teor significativo não. Um aspecto que nos chamou a atenção nesta obra foi o projeto gráfico do texto. São empregadas cores diferentes durante a escritura do texto, outras partes encontram-se em negrito. Acreditamos que esta ação tenha uma importância para o leitor, talvez chamar sua atenção para as partes destacadas. Os exemplos utilizados para confirmar os diversos tipos discursivo-argumentativos (os mesmos da obra de 2004) apresentam os conectores (operadores argumentativos) destacados num quadro em cores diferentes das do texto (ver anexo 2). Este destaque, não explicado, dá margem a um questionamento: Os operadores argumentativos na obra de 2006 assumem uma importância maior no processo argumentativo em relação à obra de 2004?

### **3.1.1 – Uma análise crítica do uso do conceito de Operador Argumentativo**

Koch (2004, p. 130/131), falando sobre as relações discursivas, pragmáticas ou argumentativas, apresenta duas características para os períodos formados por enunciados ligados por meio de operadores argumentativos:

- 1) O emprego desse período equivale à realização de duas enunciações sucessivas, ou seja, dois atos de linguagens diferentes;
- 2) O que se afirma não é a relação existente entre o conteúdo dos dois enunciados, mas sim cada um deles, introduzindo-se o segundo por intermédio de sua relação com o primeiro.

(23) Carlos estudou muito, mas não obteve êxito na prova.

Utilizamos o exemplo (23) para verificar a ocorrência do operador argumentativo conforme proposto por Koch acima. Pelas características expostas, devemos entender o exemplo (23) como se referindo a dois momentos enunciativos diferentes que se sucedem, como se um estivesse preparando a vinda do outro. E que a

existência do segundo encontra-se condicionada à existência do primeiro. Ocorre uma independência semântica entre os enunciados, cabendo aos operadores argumentativos o papel de relacionar os dois enunciados e de orientar a própria argumentação. Se entendemos dessa forma, devemos associar esta explicação de Koch à primeira fase da TAL, a fase Standard.

Como dissemos anteriormente, o texto de Koch escrito em 1984 foi revisto em 2002, quando da publicação da 7ª edição da obra. Em 2002, a TAL já era tratada sob a ótica dos blocos semânticos. Mas, já desde 1984, a noção de operador argumentativo sofre alterações dentro da teoria argumentativa de Ducrot. Após a inserção da noção de *topos*, o operador argumentativo passa a ter a função de fazer ir do enunciado considerado à conclusão pretendida. O grande responsável pela argumentação passa a ser o *topos*, que é atualizado pela forma tópica, local onde o operador argumentativo age. Voltando ao exemplo (23):

(23) Carlos estudou muito, mas não obteve êxito na prova.

A função do ‘mas’ neste enunciado, centrado no *topos* que dá sustentação à argumentação ‘o estudo leva ao fracasso’ é fazer com que o primeiro enunciado relacione-se com o segundo, enunciados atualizados pela forma tópica ‘quanto mais estudo, menos êxito’ e não o de orientar a própria argumentação. A força argumentativa, o potencial argumentativo está no *topos*, é a ele que devemos buscar para descobrirmos o sentido do enunciado.

É estranho Koch não realizar observações sobre a alteração da noção de operador argumentativo, já que ela assim o faz com a noção de pressuposição dentro da TAL, o que comprova que a autora acompanhou as mudanças nos estudos de Ducrot. A alteração na noção de operador argumentativo fez com que o sentido do enunciado no encadeamento argumentativo surgisse a partir da observação de outros elementos que participam do encadeamento, como o *topos*.

Para um leitor que não tenha tido acesso à TAL, esta alteração passa desapercibida. Porém, para quem tem conhecimento da teoria argumentativa de Ducrot, o texto de Koch parece incompleto. Como continuar com uma proposta de interpretação

do sentido do enunciado (ligados por operadores argumentativos) no interior do encadeamento argumentativo que o(s) próprio(s) autor(es) já se recusou(aram) a usar?

Um fato que comprova a renúncia da análise de enunciados, ligados por operadores argumentativos, de forma independente, é a postulação da Teoria dos Blocos Semânticos- TBS, em 1995. Marion Carel critica severamente a idéia de que o sentido do enunciado surja da junção de duas enunciações diferentes ou da junção de dois conteúdos semânticos diferentes. Para ela, os enunciados têm um único sentido que é construído no bloco semântico. Não existe independência semântica entre os enunciados ligados pelo operador argumentativo. E argumentar, para Carel, passa a ser convocar blocos semânticos. Vejamos como isso ocorre no exemplo (23):

(23) Carlos estudou muito, mas não obteve êxito na prova.

Na TBS, a noção de operador argumentativo perde ainda mais a sua importância no processo argumentativo. Todo o potencial argumentativo está na convocação de blocos semânticos, que é feita pelo locutor. No exemplo acima, temos o bloco ‘estudo-êxito’. Segundo Carel, o locutor posiciona-se positivamente (o estudo leva ao êxito) ou negativamente (o não-estudo leva ao não êxito) em relação ao bloco. Estes dois posicionamentos referem-se às regras 1 e 2<sup>24</sup>. Em cada regra temos o aspecto normativo e o transgressivo, estes são a própria realização dos enunciados, onde aparecem os operadores argumentativos. O exemplo acima corresponde ao aspecto transgressivo da regra 1, ‘o estudo leva ao êxito’. O aspecto normativo dessa regra é ‘ Carlos estudou muito, portanto obteve êxito na prova’. Nesta teoria, os operadores argumentativos são representados por ‘portanto’ e ‘no entanto’ como uma espécie de protótipo de todos os operadores que ligam enunciados dos aspectos normativos e transgressivos, respectivamente.

Neste momento, vamos sair do texto de Koch de 1984 (sua obra inicial) em direção às suas obras posteriores, concluindo com a publicação de 2006. Como dissemos acima, a obra de 2004 e a de 2006 apresentam o mesmo texto ao referirem-se aos postulados de Ducrot. Apresentam a distinção entre relações lógico-semânticos e discursivo-argumentativos com base nos trabalhos de Ducrot. Sobre as relações

---

<sup>24</sup> Para ver ‘regras’ na Teoria dos Blocos Semânticos, ir para página 58.

discursivo-argumentativos, onde são inseridos os postulados da TAL, Koch (2006, p: 170) diz:

Por meio das **relações discursivo-argumentativos**, encadeiam-se não conteúdos (estados de coisas de que falam os enunciados anteriormente apresentados), **mas atos de fala, em que se enunciam argumentos a favor de determinadas conclusões**. (destaque da autora).

Novamente, causa-nos estranheza o fato de a autora, numa obra de 2006, chamar a atenção para postulados da TAL que já foram renunciados pelos autores da TAL. Apesar de Koch não falar em termos de operadores argumentativos (fala em termos de relações discursivo-argumentativos), os exemplos apresentados encontram-se todos com os operadores destacados, chamando a atenção para eles. Não existe, na unidade, nenhuma referência à importância dos operadores nos enunciados em questão. Acreditamos que este texto, em relação ao de 1984, apresente problemas mais sérios, pois a autora não consegue tornar claro quais os conceitos teóricos da TAL devem ser levados em consideração ao realizarmos as análises dos exemplos apresentados na obra.

De todo o exposto, gostaríamos de chamar a atenção para um ponto que achamos necessitar de uma discussão maior. Ingedore Koch é conhecida no país como uma pesquisadora da área da Lingüística Textual, suas obras e seus depoimentos direcionam para esta conclusão, como a entrevista dada à pesquisadora Araújo (2006), que, perguntando a Koch se ela se considerava a primeira pesquisadora na área da Lingüística Textual no Brasil, obtém a seguinte resposta:

(Luís Antônio) Marcuschi, de Recife, e eu. Nós que começamos. Acho que sou da geração mais antiga, sim. Não nos conhecíamos. Houve um congresso de língua portuguesa na PUC de São Paulo e eu estava lançando com o Leonor Fávero o livro "Lingüística textual: introdução", ele foi fazer uma palestra e trouxe o livro dele Lingüística de texto: o que é e como se faz, infelizmente não se acha em lugar nenhum, foi uma publicação da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Portanto, sendo uma teórica da Lingüística Textual sabe que os estudos da área têm avançado significativamente em relação, por exemplo, ao momento em que publicou 'Argumentação e linguagem', em 1984, quando Marcuschi, na apresentação da obra, preferiu não definir o trabalho da autora como pertencendo à Lingüística Textual

ou à Análise do Discurso. Muitos passos já foram dados, inclusive com a contribuição da própria Koch.

A Lingüística Textual, hoje, como Koch mesma diz em ‘Introdução à Lingüística Textual’ está para muito além da análise transfrástica ou do desejo de construir uma gramática do texto. A teorização sobre o texto dá-se com o propósito de investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso. É deste último quadro que partem as pesquisas em Lingüística Textual que são realizadas atualmente.

É aí que surge um questionamento: como Koch, teorizando sobre o texto (pelo menos não fala o contrário), utiliza os pressupostos da TAL para explicar a conexão entre enunciados que formam o encadeamento argumentativo **no texto**? Em nenhuma das obras analisadas, encontramos uma explicação sobre a passagem de uma teoria voltada exclusivamente para a interpretação do sentido dos enunciados, como propõe Ducrot, para a interpretação do sentido no texto. Observa-se, em Ducrot, um objetivo de descrever as frases da língua a partir dos enunciados analisados, sendo a significação destes já marcada nas próprias frases da língua, responsáveis pela orientação para a construção do sentido dos enunciados, ou seja, a TAL parece andar cada vez mais em direção à frase, buscando identificar e explicar as instruções explicitadas nos enunciados do discurso, como exemplos já disponíveis na língua como sistema. É por isso que Ducrot assume o postulado de que a significação, ou seja, as marcas lingüísticas da argumentação, está na língua, como uma estrutura profunda de qualquer enunciado, determinando qualquer escolha da língua.

Voltamos a chamar a atenção para o fato de que a inserção de Ducrot na teoria do texto sem apresentar uma justificativa que permita tal inserção causa enormes problemas de entendimento para aqueles que têm conhecimento da teoria ducrotiana, pois não vimos qual o critério utilizado por Koch que possibilite a utilização de uma teoria voltada para o enunciado e para a frase na análise do texto.

Passemos, agora, a analisar como o conceito de polifonia, nos moldes da TAL, é utilizado por Eduardo Guimarães, cujas obras analisadas o colocam como pertencente ao campo da Análise do Discurso. Como dissemos acima, a escolha por este teórico deu-se, assim como a escolha pela autora analisada anteriormente, pelo fato de, tendo

acesso a suas obras, entendermos que suas discussões teóricas giram em torno da perspectiva da AD e, que nessas discussões o autor utiliza alguns conceitos advindo da TAL, entre eles o de ‘polifonia’.

### **3.2. – O uso do conceito de Polifonia**

Para atingirmos o objetivo de verificar se os teóricos da Análise do Discurso-AD acompanham o desenvolvimento da TAL em suas análises e se explicam como alguns conceitos da TAL podem ser aplicados dentro da AD, selecionamos duas obras de Eduardo Guimarães, teórico que se insere dentro da perspectiva teórica da AD. Eduardo Guimarães tem conhecimento da teoria ducrotiana, tendo, inclusive, feito algumas traduções da obra de Ducrot, além de utilizar em suas obras alguns conceitos advindos da TAL. Utilizamos as obras “Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português”, de 1987 e “Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem”, de 1995, por serem obras que fundamentam suas explicações utilizando alguns pressupostos da TAL.

Iniciamos nossas observações pela obra ‘Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português’, de 1987. Já no início, Guimarães apresenta o objetivo da obra: “Nosso objetivo, neste trabalho, é o de desenvolver um estudo semântico de construções da Língua Portuguesa observando o modo pelo qual estes aspectos constituem a organização textual” (Guimarães, 2002, p. 11)

Guimarães elege o estudo dos encadeamentos dos enunciados, através das conjunções, como objeto que propiciará a realização do estudo semântico de construções da Língua Portuguesa. E para especificar o campo de estudo em que suas pesquisas são inseridas, afirma:

A abordagem semântica que procuraremos desenvolver pretende abrir uma relação com a análise do discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito. Nossa intenção não é, simplesmente, produzir uma semântica articulável com uma teoria do texto, mas com uma teoria da análise do discurso. (ibid, p.11)

Partindo das observações iniciais apresentadas por Guimarães, logo no início da obra, nosso foco de análise passa a ser verificar como a TAL é utilizada por Guimarães



para explicar a participação do sujeito na constituição do sentido, observando isso dentro da noção de encadeamento argumentativo, formado por enunciados ligados pelos operadores argumentativos (pelas conjunções em Guimarães). O resultado dessa análise nos levará à verificação sobre como o autor trata do fenômeno da polifonia.

Sobre a noção de sujeito, Guimarães diz que ela pode ser relacionada, primeiramente com Benveniste, que apresenta o sujeito da enunciação como uno e único. Procurando alargar essa concepção de sujeito, cita Ducrot (1984) e passa a dizer que o “sujeito se representa diversamente nos enunciados que ocorrem no evento da enunciação” (Guimarães, 2002, p.12).

Como sua análise se inscreve no campo teórico da AD, Guimarães (ibid, p. 13), para justificar o estudo do sentido dos enunciados na organização textual, faz uso da noção de ‘recorte’, como o espaço reservado para a análise do discurso. Para ele, o texto é a relação de um conjunto de recortes discursivos formados de enunciados de discursos diferentes, podendo marcar, portanto, diferentes posições de sujeito. É assim que Guimarães especifica o objeto de estudo - as construções com conjunções, entre as quais se tem: *logo, pois, já que, e, além disso, não só...mas também, ou...ou, mas, embora, para que, quando e que.*

Procuramos centrar nossa observação no uso dos postulados da TAL por Guimarães, mas não nos atemos aos procedimentos utilizados por ele para justificar a análise do discurso no texto. Interessou-nos verificar como, no encadeamento argumentativo, aqui estabelecido por conjunções, Guimarães apresenta os posicionamentos do sujeito, tendo por base a teoria ducrotiana. Diferentemente do que diz Ducrot, Guimarães afirma que seu interesse não está em descrever e explicar o sentido dos enunciados, mas sim em observar como se constroem os ‘efeitos de sentido’ possíveis para um determinado recorte. “O recorte não tem sentido ou sentidos, mas constitui efeitos de sentido” (Guimarães, ibid, p.18). Nosso foco de atenção recaiu, portanto, sobre como esses ‘efeitos de sentido’ podem ser criados, utilizando como base conceitos ducrotianos.

Feitas essas observações iniciais, Guimarães passa a explicar alguns conceitos necessários para o entendimento da obra. Entre esses conceitos encontra-se a noção de

polifonia, que é utilizada na parte II da obra de 1987, para explicar os efeitos de sentido que ocorrem quando da utilização das conjunções, como operadores argumentativos.

Tratando especificamente sobre polifonia, Guimarães (2002., p. 19) afirma que “os recortes enunciativos são sempre polifônicos. Ou seja, todo enunciado contém uma dialogia interna, fundamental na constituição do sentido.”

Após realizar essa afirmação, o autor passa a fazer um estudo sobre a noção de polifonia. Detalha todo o estudo realizado por Bakhtin sobre polifonia. Insere a noção de argumentação em seus estudos e chega aos estudos de Ducrot ao inserir as noções de ‘classe e escala argumentativa’ como elementos possibilitadores de apresentar marcas lingüísticas que orientem a argumentação. Cita o exemplo ‘O Brasil não teve sorte no jogo, até Zico perdeu um pênalti’ e afirma que a orientação argumentativa é marcada pelo conector ‘até’. Apresenta, ainda, outro exemplo ‘Sócrates e até Zico perderam um pênalti no jogo de hoje’, em que o argumento que tem a presença do conector ‘até’ apresenta-se como mais forte em relação ao que não apresenta o conector.

Para contextualizar o uso da TAL em suas análises, Guimarães (ibid, p. 29) faz uso de duas observações importantes:

1 – por tudo que até aqui dissemos, é fácil ver como guardamos o fundamental de formulações de Ducrot e da semântica da enunciação que lida com conceitos por ele desenvolvidos. Mas nos afastamos destas formulações ao localizá-las fora de uma posição estruturalista;

2 – tomamos certos conceitos descritivos da semântica da enunciação formulados por Ducrot e outros semanticistas, mas os utilizamos num outro quadro metodológico e epistemológico. Assim, o conceito de orientação argumentativa e polifonia (conceitos descritivos) nos servirão para a descrição e explicação dos fatos a serem abordados, mas o objeto que construímos é de outra natureza, bem como a própria concepção de caráter explicativo da teoria. O nosso objeto inclui como materialidade lingüística as regularidades enunciativas constituídas historicamente.

Passamos, então, a observar como Guimarães aborda as noções de operador argumentativo (para ele conjunções) e de polifonia dentro do encadeamento argumentativo, fizemos isso devido à importância que o autor dá à noção de operador

argumentativo para a constituição do quadro polifônico. Seleccionamos, para observação, o capítulo V, da parte II, que trata dos operadores ‘mas’ e ‘embora’ que apresenta vários exemplos com os dois operadores, citamos dois:

(24) Não queria (A), mas fiz o trabalho (B), porque será melhor para mim (C).

(25) Fiz o trabalho (A), embora não quisesse(B), porque será melhor para mim (C).

O autor conclui que no caso de ‘mas’, o enunciado que apresenta a conclusão encadeia-se ao enunciado que apresenta o conector. Já com o ‘embora’, o enunciado que apresenta a conclusão encadeia-se ao enunciado que não apresenta o conector. O ‘mas’ orienta argumentativamente a uma conclusão centrada no argumento B; e o ‘embora’ orienta argumentativamente a uma conclusão centrada no argumento A. Assim, os enunciados que apresentam o ‘mas’ tem uma organização argumentativa oposta ao que apresentam o ‘embora’. Após apresentar como se dá a orientação argumentativa dos operadores ‘mas’ e ‘embora’ passa a discutir sobre a noção de sujeito no encadeamento. Lança a hipótese de que há uma polifonia no encadeamento agindo da seguinte forma:

Exemplo com ‘mas’ (26)

/Os incidentes de Leme envergonham o país/, /mas o país não parece estar envergonhado/. A nação não está tomada por um sentimento doloroso de estupor ou indignação./

Situação 1: Há um enunciador E1 responsável pela perspectiva da qual se diz B em direção à conclusão não-C, perspectiva que prevalece.

Situação 2: Por outro lado, há um enunciador E2 responsável pela perspectiva da qual se diz A em direção à conclusão C, perspectiva que não prevalece.

É como se existisse uma relação entre E1 e E2, que caracteriza o sentido no jogo de direções argumentativas do encadeamento.

Guimarães (2002, p. 121) centrado na noção de recorte, diz que a orientação argumentativa, como nos exemplos citados, é uma estratégia que contribui para a organização textual e, conseqüentemente, contribui para a constituição dos diversos efeitos de sentido destes recortes. Está na relação entre locutor e enunciadores, a explicação que Guimarães dá para a constituição do sentido do recorte e a relação entre os vários recortes que formam o texto. Conclui falando sobre as estratégias de relação dizendo ser: “Uma representação no texto que cruza as posições do sujeito da enunciação (L, LP e E) e o modo de relacionar com estas posições a representação das posições do alocutário e do destinatário” (Guimarães, 2002, p. 122).

Outra obra em que Guimarães faz uso de conceitos da TAL para fundamentar suas teorias é “Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem”, escrita em 1995. No capítulo VIII, “argumentação e sentido”, Guimarães volta a usar as noções de escalas argumentativas e de polifonia. Nesta obra, acrescenta outra noção importante da teoria ducrotiana: a noção de *topos*. Sobre a noção de escalas argumentativas, o autor utiliza, assim como na obra de 1987, o conector ‘até’ para explicar que existe a possibilidade da utilização de mais de um argumento para uma única conclusão, sendo que estes argumentos podem ser escalares, ou seja, um apresente mais importância argumentativa (o que tem o ‘até’, por exemplo) que o outro. A noção de sujeito que Guimarães apresenta é centrada nos postulados de Ducrot como uma posição alargada em relação à apresentada por Benveniste. No texto de 1987, elege o encadeamento argumentativo ligado por conjunções como espaço de atuações do sujeito e da própria construção do sentido do enunciado, responsável, em última instância, pela organização textual.

Sobre polifonia, Guimarães inicia novamente falando de Bakhtin, acrescentando o pensamento de Bally sobre o tema. Chega a Ducrot, comentando a obra de 1984, “O dizer e o dito”. Apresenta definição sobre a categoria de sujeito com base nesta obra (sujeito falante, locutor e enunciativo), apresentando a noção de ‘enunciador’ como o principal na polifonia em Ducrot. Essas perspectivas de sujeito aparecem no enunciado através da marca do enunciador. Sobre isto Guimarães (2005, p. 61) diz: “A perspectiva enunciativa, o enunciador, é uma figura de sujeito que não se dá como quem fala, mas simplesmente como um lugar do qual se fala, se enuncia”. Esse é o posicionamento de Ducrot ao inserir a noção de *topos*, o que caracteriza a segunda fase da teoria, a fase da Teoria dos *Topoi*. Sobre esta multiplicidade de posições do sujeito no enunciado em

Ducrot e sobre a relação com um dos pressupostos básicos da Análise do Discurso, a marca da historicidade, Guimarães (ibid, p. 61) afirma:

Isto se dá pela consideração da enunciação enquanto acontecimento no qual não estão consideradas as determinações históricas, já que a caracterização deste acontecimento enquanto histórico diz respeito somente à temporalidade, ou seja, a cada momento tem-se outro acontecimento.

Sobre a posição do autor, do sujeito falante, do sujeito empírico apresentados por Ducrot, Guimarães (2005, p. 16) faz a seguinte observação:

A não-inclusão da posição do autor é parte do corte ducrotiano que exclui a historicidade da enunciação. Por outro lado, por esta exclusão, a polifonia deixa de ser uma questão do sujeito e passa a ser do enunciado no acontecimento.

Ao inserir a noção de *topos*, Guimarães apresenta a nova visão sobre orientação argumentativa postulada por Ducrot. É a partir do *topos* que se argumenta.

“As formas que representam na enunciação os enunciadores, convocam os topoi a partir dos quais se argumenta. Ou seja, na via da semântica argumentativa, o externo à língua, o *topos*, funciona na enunciação convocado pela língua. (ibid, p. 79)

O potencial argumentativo sai do nível do enunciado, tratado a partir dos operadores argumentativos e passa a um nível mais profundo, ao nível da frase, da própria língua, a partir do *topos*. Essa mudança no potencial argumentativo dos enunciados está diretamente ligada à inserção na TAL das noções de *topos* e de polifonia, que caracterizam a segunda fase da teoria, denominada de Teoria dos Topoi. O sujeito, neste momento, não é mais o responsável por um ato de fala, mas um ser que se faz representar num enunciado a partir de diferentes sujeitos. É a partir desse posicionamento que Ducrot formula o conceito de polifonia. Assim é que devemos falar, em termos de teoria polifônica de Ducrot, de uma teoria polifônica do enunciado e não de uma teoria polifônica do sujeito.

Toda a explicação que Guimarães apresenta em sua obra, ao utilizar o conceito de polifonia ducrotiana, é no sentido de, centrado no conceito de ‘recorte’ (Guimarães,

2002) direcioná-lo à apresentação da argumentação como resultado de relações interdiscursivas, quer sejam no recorte ou na relação entre os recortes. E utilizando a noção de recorte, Guimarães fala que a argumentação pode ser analisada no texto: “Assim a argumentação do texto deve ser interpretada como efeitos destas posições, como efeito das relações interdiscursivas no acontecimento”. (Guimarães, 2005, p. 81)

É desta forma que Guimarães trabalha com a noção de polifonia ducrotiana, colocando-a dentro dum quadro teórico trabalhado pela Análise do Discurso.

### **3.2.1 – Uma análise crítica do uso do conceito de polifonia**

Como nosso interesse na análise da obra de Guimarães (2002 e 2005) foi observar como a TAL foi utilizada para explicar a participação do sujeito na constituição do sentido, caracterizando a polifonia, antes de qualquer coisa gostaríamos de apresentar como o sentido é tratado na Análise do Discurso – AD. Mussalim (2004, p. 131) diz que para a AD:

O caráter dialógico do discurso é constitutivo do seu sentido, isto é, que o sentido de uma formação discursiva depende da relação que ela estabelece com as formações discursivas no interior do espaço interdiscursivo.

O sentido é, portanto, construído nas relações dialógicas existentes em uma determinada formação discursiva e que pode ter relação com outras formações discursivas, caracterizando o que convencionou-se chamar de espaço discursivo. É nesse espaço teórico que se fala de polifonia em AD.

Sobre formação discursiva – FD, que tem como princípio básico relacionar-se com outras FDs, Mussalim (ibid, p. 119) diz que uma FD determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social.

Ao apresentar a noção de ‘recorte’, Guimarães direciona seu trabalho para o campo da AD. Para ele, o recorte constitui os ‘efeitos de sentido’, tendo relações uns com os outros. Vemos aqui uma aproximação entre as noções de recorte e de formação discursiva. O que resultaria numa organização textual seria o relacionamento entre diferentes recortes no texto, conseqüentemente, relacionamento entre diferentes vozes.

A polifonia ocorre, assim, no recorte, no encadeamento argumentativo. Se a explicação acima parece coerente, o problema para o qual gostaríamos de chamar a atenção é o da utilização da noção de polifonia (polifonia do enunciado em Ducrot) no recorte com base nos estudos de Ducrot com o propósito de se atingir o caráter dialógico do discurso. Por que afirmamos que Guimarães utiliza a noção de polifonia de Ducrot? Porque busca verificar como se dá a orientação argumentativa, através das conjunções, no recorte, orientação argumentativa também responsável pela organização textual. Se entendermos que Guimarães usa a noção de orientação argumentativa em termos ducrotianos e a noção de polifonia em termos não-ducrotianos, os problemas seriam ainda maiores. Entendemos que as noções de polifonia em *Semântica Argumentativa* e em *Análise do Discurso* não se cruzam. O enunciado é tratado de forma diferente nas duas áreas de estudo. Na SA, o enunciado é o espaço da língua a ser observado pelo lingüista na explicação dos fenômenos da linguagem. É ele o elemento que apresenta as marcas da argumentação. Serve para orientar o discurso para um determinado fim, mas não com uma determinada finalidade. Já na AD, o enunciado, como assim apresenta Guimarães, apresenta marcas de um interdiscurso, que caracterizam uma determinada formação discursiva. Assim, a relação entre enunciados pode ser entendida como relação entre diferentes formações discursivas. Enunciado em SA e em AD é um fenômeno observado a partir de pressupostos diferentes.

Guimarães ao tratar da polifonia em termos ducrotianos, indica como fará uso dessa noção. Diz que não tratará, como Ducrot, de um ponto de vista estruturalista e que fará uso das noções de polifonia e de orientação argumentativa num quadro metodológico e epistemológico diferente do abordado por Ducrot. A principal diferença de abordagem é que o objeto de estudo de Guimarães inclui o aspecto histórico, em Ducrot o sujeito é a-histórico.

Ao explicar o uso de pressupostos da TAL através do emprego de ‘mas’ e ‘embora’, Guimarães centra sua atenção no que chamou de efeitos de sentido causados pela orientação argumentativa que resulta do emprego dos dois operadores. As conjunções citadas orientam argumentativamente em sentidos opostos, têm, portanto, efeitos de sentidos diferentes, que são resultados dos posicionamentos do locutor em relação aos enunciadores presentes no enunciado (recorte).

Fica claro aqui que Guimarães vê o surgimento dos ‘efeitos de sentido’, tão importantes na caracterização do construto teórico da AD, nos posicionamentos assumidos pelos sujeitos no interior do enunciado que forma o ‘recorte’ e também na relação entre diferentes recortes. Esta relação entre diferentes recortes são também os responsáveis pela progressão textual, pela organização textual e pela construção do sentido global do texto.

É interessante observar que Guimarães, mesmo dizendo que usará os pressupostos ducrotianos de um ponto de vista metodológico e epistemológico diferente, não diz que Ducrot vê os enunciados como espaço reservado para os pontos de vista apresentados pelo locutor. Em nenhum momento na obra de Ducrot, ao separar as vozes do locutor das vozes dos enunciadores, vê-se a preocupação em apresentar o sujeito como pertencente a alguma formação discursiva. Os sujeitos presentes no enunciado apresentam-se como aqueles que dão origem a um determinado ponto de vista (Teoria dos *Topoi*) e, como aqueles que se posicionam de forma normal ou transgressiva em relação a um determinado bloco semântico (Teoria dos Blocos Semânticos).

Na obra de 1995, quando Guimarães apresenta a noção de *topos*, também não ocorre nenhuma explicação sobre como essa noção em termos ducrotianos poderia ser utilizada dentro da AD. Com a noção de *topos* Ducrot mergulha mais ainda para a análise da frase, apresentando-a como estando sendo uma estrutura profunda, onde estaria a própria argumentatividade da língua, fundamentada no *topos*, responsável pela orientação argumentativa. Já Guimarães apresenta a noção de *topos* em Ducrot como sendo algo que se encontra fora da língua<sup>25</sup>, o que dá suporte à língua na construção do seu sentido. Acreditamos que o *topos* em Ducrot é, ao contrário, interno à língua, sendo ele mesmo intrínseco à própria língua, como construções lingüísticas imanentes às línguas.

Se da orientação argumentativa originam-se os efeitos de sentido tão importantes na explicação do uso dos postulados da TAL pela AD, segundo Guimarães, podemos dizer que passa a ser o *topos* o próprio responsável pelos efeitos de sentido apresentados em um enunciado. Ora, o *topos* é um elemento fechado, duro, que tem como uma de suas características o fato de ser universal. Se ele é comum a todos os

---

<sup>25</sup> Ver citação página 73.



membros de uma determinada comunidade, não é o *topos* que pode marcar posicionamentos diferentes, mas sim o posicionamento do membro de uma comunidade em relação ao *topos* existente. Assim, não é o *topos* ‘trabalho – êxito’ que constitui o sentido, mas sim o posicionamento de um sujeito em relação a esse *topos*, utilizando uma das formas tópicas que cria o sentido. Mesmo observando que em Guimarães há um cuidado em explicar que não utilizará os conceitos da TAL da forma que Ducrot apresentou, não vimos uma explicação sobre como as reformulações que ocorreram na teoria ducrotiana influíram na maneira de olhar a polifonia que atenda as perspectivas teóricas da AD, a partir da teoria argumentativa de Ducrot. O melhor é mesmo que se trate polifonia em SA e em AD sob dois olhares diferentes. Como dissemos anteriormente, é um mesmo fenômeno, mas olhado sob pontos de vista diferentes.

## CONCLUSÃO

Ao chegarmos ao final de nosso trabalho, chegamos também à confirmação da tese de que o conhecimento é construído passo a passo. A cada passo dado no caminho de novas descobertas científicas, conceitos são resgatados, de forma original ou com novas leituras, a fim de contribuir com a solidificação do novo conhecimento que surge. Assim também ocorre com a argumentação. Ducrot, para fundamentar seus postulados sobre a argumentação, buscou em teorias que o antecederam conceitos que o ajudaram a construir sua teoria. Em Aristóteles buscou a noção de *Topos*; em Saussure, a noção de relação; em Benveniste, a noção de Sujeito e concordando com Perelman, colocou-se contrário aos postulados da concepção tradicional da argumentação. Alguns conceitos desses teóricos, Ducrot assumiu, de outros fez uma nova leitura, o certo é que Ducrot e seus colaboradores deram um passo significativo no estudo da argumentação.

Esta característica de avanço teórico, na maioria das vezes a partir de reformulações de conceitos, também faz parte da própria teoria ducrotiana. Foi assim que, observando o funcionamento do Encadeamento Argumentativo na TAL, vimos que o mesmo foi se adequando às reformulações de conceitos que diretamente atuam nele. A noção de potencial argumentativo foi sendo reformulada durante as três fases da teoria: a fase Standard, a fase da Teoria dos *Topoi* e a fase da Teoria dos Blocos Semânticos. A cada fase um elemento age no encadeamento argumentativo, dando o potencial argumentativo do enunciado. Na primeira fase da teoria, o responsável pelo potencial argumentativo era o operador argumentativo, na segunda o *topos* e na terceira o bloco semântico.

Confirmadas as reformulações em alguns conceitos existentes na TAL e retomando as questões que motivaram a pesquisa, buscamos verificar se estes conceitos, ao serem utilizados por teóricos de outras áreas de estudo, atenderam às modificações postuladas por seus autores. E, além disso, verificar como esses autores, ao utilizarem conceitos advindos da TAL, justificavam a sua utilização em seus postulados teóricos. Nossa hipótese era que ao fazerem referência à TAL, autores de outras áreas de estudo da linguagem que não a Semântica Argumentativa chamariam a atenção para as reformulações pela qual a TAL passou durante seu desenvolvimento e, ainda, para como seria possível uma aproximação entre uma área de estudo da linguagem que visa a analisar a língua a partir da própria língua, ou seja, a Semântica Argumentativa, e outra

áreas de estudo da linguagem que visam a analisar a língua olhando para elementos que estão para além do estritamente lingüístico, aqui observamos a Lingüística Textual e a Análise do Discurso.

A utilização do conceito de operador argumentativo nas obras analisadas da área da Lingüística Textual é apresentada como se o conceito de operador argumentativo não tivesse sofrido qualquer alteração durante o desenvolvimento da teoria ducrotiana, aparecendo, sempre, como o responsável pelo potencial argumentativo do enunciado. Já o conceito de polifonia, apesar da tentativa de aproximação com as noções de formação discursiva e de interdiscurso, é utilizado por teóricos da Análise do Discurso como podendo ser capaz de dar ao enunciado efeitos de sentido que caracterizariam a atuação, o posicionamento dos enunciadorees no enunciado. Tanto na primeira situação quanto na segunda ocorrem empecilhos básicos à utilização dos conceitos da TAL por outras áreas de estudo que andam no sentido contrário ao da TAL, que busca interpretar o sentido do enunciado através de sua descrição semântica. Enquanto a Lingüística Textual e a Análise do Discurso buscam sair da análise do estritamente lingüístico para explicar os fenômenos em que atuam, a Semântica Argumentativa mergulha cada vez mais para a análise dos elementos lingüísticos, buscando em suas estruturas subjacentes, em sua estrutura profunda, as marcas lingüísticas que podem contribuir com a construção do sentido do enunciado. Essa observação não pode deixar de ser realizada por todos aqueles que utilizarem os conceitos da Teoria da Argumentação na Língua.

Poderíamos postular um questionamento básico: a Semântica Argumentativa (ou a TAL) proposta por Ducrot atinge os objetivos a que se propõe? A resposta, é evidente, passa pelo esclarecimento primeiro sobre o que ela se propõe. Para nós, a TAL destina-se a analisar o funcionamento lingüístico de uma determinada língua, explicando todo o seu funcionamento a partir dos elementos lingüísticos da própria língua analisada. Esta análise acaba por apresentar a descrição semântica da língua. Se pensarmos assim, devemos concluir que a TAL atinge plenamente a seus objetivos. Se, entretanto, quisermos fazer um outro tipo de análise lingüística e, para isso, utilizarmos conceitos advindos da TAL, devemos, no mínimo, atentar para as diferenças essenciais de postulados teóricos básicos existentes entre diferentes concepções teóricas. Não defendemos o total isolamento entre diferentes postulados teóricos, pelo contrário, o que defendemos é um maior rigor explicativo no momento de aproximar diferentes concepções de linguagem. Acreditamos que nossa função como pesquisador da área da

linguagem é, também, tornar 'as teorias' mais acessíveis tanto aos iniciantes na pesquisa quanto àqueles de mais experiência. Assim, novas discussões surgirão e com elas novas teorias, o que contribuirá para o desenvolvimento da ciência.

Como já dissemos anteriormente, não tivemos a pretensão de encerrarmos uma discussão a respeito do uso de conceitos da TAL por outras áreas de conhecimento. Ao contrário, o que propusemos foi abrir uma discussão teórica sobre os problemas causados pela utilização desses conceitos. Demos apenas um passo, mas temos a certeza de que outros são necessários.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANSCOMBRE, Jean-Claude e DUCROT, Oswald. *La argumentación en la lengua*. Versión española de Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos S. A, 1988.

ANSCOMBRE, Jean-Claude. De l'argumentation dans la langue à la théorie des topoi: In: \_\_\_\_\_ (org.). *Théorie des Topoi*, Paris: Kimé, 1995, p. 12-47.

ARAÚJO, Nukácia. Os segredos do texto. Disponível em <http://www.apec.org.br/news/index.asp?id=1288>. Acesso em 23 out. 2006.

BARBISAN, Leci Borges e TEIXEIRA, Marlene. Polifonia. Origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. *Revista Organon. Revista do Instituto de Letras da UFRS*. V. 16, nº. 32 e 33, Porto Alegre, 2002, p. 161-180.

BARBISAN, Leci Borges. As raízes da argumentação na língua. In: SILVA, Joseli M da & ESPINDOLA, Lucienne (orgs.). *Argumentação na língua: da pressuposição ao topoi*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005, p. 21-43.

BARRETO, José Anchieta Esmeraldo. *O problema da indução: o cisne negro existe*. Fortaleza: Edição dos autores, 1993.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna C (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras 1*. 5ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 245-285.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1991.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Pragmática Linguística: delimitações e objetivos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2 ed. São Paulo: Humanitas Editora, FFLCH, USP, 2001, p. 161-182.

CAREL, Marion. Trop: argumentation interne, argumentation externe et positivité. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude (org.). *Théorie des Topoi*, Paris: Kimé, 1995a, p. 177-213.

\_\_\_\_\_. Pourtant: argumentation by exception. *Journal of pragmatics*, 24, 1995, p. 167-188.

\_\_\_\_\_. L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier. *Letras de Hoje*, n. 107. Porto Alegre, 1997. (texto traduzido)

\_\_\_\_\_. Argumentación normativa y argumentación exceptiva. *Signo & Seña*. Buenos Aires, UBA, n. 9, jan. 1998, p. 257-298.

\_\_\_\_\_. O que é argumentar? *Revista de Retórica y Argumentación*. Ano 1, n. 1, jan. 2001, p. 75-80 (Trad. Telma Furlanetto Graeff). [www. Asociación-logo.org/revista\\_logo.htm](http://www.Associación-logo.org/revista_logo.htm)

COUTINHO, Maria Antonia. *Texto(s) e competência textual*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.

D'ÁVILA, Nerci. A enunciação em Benveniste e em Ducrot. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, 138, EDIPUCRS, 2004, p. 151-162.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas-SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Polifonia Y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

\_\_\_\_\_. Argumentação e 'topoi' argumentativo. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 13-38.

\_\_\_\_\_. Topoi et formes topiques. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude (org.). *Théorie des Topoi*, Paris: Kimé, 1995, p. 85-99.

\_\_\_\_\_. Los modificadores desrealizantes. *Signo & Seña*, Buenos Aires. UBA. n. 9, jun. 1998, p. 47-72.

\_\_\_\_\_. Os internalizadores. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v.37, n.3set. 2002, p.7-26.

ESPÍNDOLA, Lucienne. *A entrevista: um olhar argumentativo*. João Pessoa: EDUEPB, 2004.

\_\_\_\_\_. Retórica e argumentação. In: SILVA, Joseli M da & ESPINDOLA, Lucienne (orgs.). *Argumentação na língua: da pressuposição ao topoi*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005, p. 11-20.

FAVERO, Leonor Lopes e KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: uma introdução*. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, Elisa. Figuras de Retórica e Argumentação. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2 ed. São Paulo: Humanitas Editora, FFLCH, USP, 2001. p. 145-160.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas-SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas-SP: Pontes, 2005.

KOCH, Ingedore G Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. 9ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO, Nilson José. *Lógica e linguagem cotidiana – verdade, coerência, comunicação, argumentação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MARTINS, Moisés de Lemos. O ponto de vista argumentativo da comunicação. Disponível em: [http://ubista.ubi.pt/~comum/martins-mois-es-lemos\\_argumentativo.html](http://ubista.ubi.pt/~comum/martins-mois-es-lemos_argumentativo.html)>. Acesso em 8 mar. 2006.

MEYER, Michel. *Lógica, linguagem e argumentação*. Trad. Maria Lúcia Novaes. Teorema, Lisboa, 1982.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: conseqüências e desdobramentos. . In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2 ed. São Paulo: Humanitas Editora, FFLCH, USP, 2001, p. 17-54.

MOURA, Heronildes Maurílio de Melo. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. *Revista Delta*. Vol. 14. nº 01. São Paulo, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-4450199800008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-4450199800008&script=sci_arttext)>. Acesso em 20 out. 2005.

MUSSALIM, Fernanda. A Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna C (orgs). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras 2*. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p. 101-142.

PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Tradução por Maria Ermantina G. G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. Tradução de *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*, 2005.

RACCAH, Pierre-Yves. La pista de los puntos de vista. Teoría, descripciones y pruebas em semântica. *Revista Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. 40, n. 1, mar 2005, p. 23-50.

RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. Comunicação docente e o uso dos topoi. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/t4exto.asp?id=45>>. Acesso em: 7 out. 2006.



SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, (1995).

SERRA, Paulo. *Linguagem e argumentação n'A República de Platão*. Disponível em: [http://www.bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php?html2=jpserra-retorica.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=jpserra-retorica.html). Acesso em: 5 dez. 2005.

TOULMIN, Stephen Edelston. *Os usos do argumento*. Tradução de Reinaldo Guarany. 2ª ed. São Paulo: Martins, 2006.

**ANEXOS**

## ANEXO I

### O Encadeamento por conexão – Koch (2004a)

(20) As flores estão congeladas. Concluo que deve ter geado.

Da mesma forma, em:

(21) Suma daqui, que estou cansado!

o segundo enunciado não modifica o primeiro, mas sim um performativo implícito, de modo que a forma explícita seria:

(21') Porque estou cansado, ordeno-te que sumas daqui.

A justaposição, contudo, não se restringe aos tipos acima mencionados, já que pode ser realizada também com o uso de elementos de articulação temporais, espaciais, lógico-semânticos e discursivos que não constituam conectores propriamente ditos (cf. Koch, 1989, 1992, 2002). É o caso dos exemplos abaixo:

(22) *O casal brigava muito e acabaram se separando. Durante muito tempo, ficaram sem se ver. Certo dia, porém, encontraram-se casualmente numa recepção. Poucos dias depois, estavam novamente juntos.*

(23) *Caminhávamos pela estrada deserta. De um lado, plantações estendiam-se a perder de vista. Do outro lado, um bosque cerrado impedia a visão. À nossa frente, só terra e pó.*

(24) *O prefeito andava sempre doente. Por esta razão, o município encontrava-se praticamente abandonado.*

(25) *O reitor não compareceu à manifestação. Com toda a certeza, estava tentando esquivar-se das críticas.*

#### Encadeamento por conexão

O encadeamento por conexão ocorre quando do uso de conectores dos mais diversos tipos. Também neste caso as relações estabelecidas entre enunciados podem ser de cunho lógico-semântico ou discursivo-argumentativo (cf. Koch, 1984, 1987, 1989, 1992, 2002). Contemplam-se aqui não apenas as conjunções propriamente ditas, mas também locuções con-

juntivas, prepositivas e adverbiais que têm por função interconectar enunciados. Existem, inclusive, autores que estabelecem distinção entre as categorias de *coesão*, que seria apenas a referencial, e *coerência*, como é o caso de Charolles (1978). São exemplos de relações lógico-semânticas:

Causalidade:

- (26) Nosso candidato foi derrotado porque houve infidelidade de partidária.  
 (27) Nosso time lutou tanto que acabou vencendo o jogo.

Visto que a noção de causalidade encerra necessariamente dois argumentos – a causa e a consequência –, tanto (26) como (27) são expressões da causalidade. A diferença, portanto, é apenas de ordem sintática, estrutural (cf. Koch, 1989, 1987, 2002).

Mediação (causalidade intencional):

- (28) Farei o que estiver ao meu alcance para que nosso plano seja coroado de sucesso.

Condicionalidade:

- (29) Se os resultados forem positivos, poderemos pedir prorrogação do prazo para a pesquisa.

Temporalidade:

- (30) Quando você chegar ao aeroporto, avise-me, que irei buscá-la (tempo pontual).  
 (31) Depois que você terminar o serviço, venha até aqui (tempo posterior).  
 (32) Antes que chova, vou recolher as roupas que estão no varal (tempo anterior).  
 (33) Enquanto você termina o trabalho, vou regar as plantas (tempo simultâneo).  
 (34) À proporção que os recursos forem chegando, faremos os investimentos necessários (tempo progressivo).

Conformidade:

- (35) Os investimentos deverão ser feitos conforme o programa preestabelecido.

Disjunção:

- (36) Ontem a seleção brasileira enfrentou a Argentina. Ganhamos? Ou perdemos?

A distinção entre relações lógico-semânticas e discursivo-argumentativas tem sua origem nos trabalhos de Ducrot (1972, 1973, 1976, 1980, entre outras). Entre as relações discursivo-argumentativas, por meio das quais se encadeiam atos de fala em que se enunciam argumentos a favor de determinadas conclusões, podem-se destacar as seguintes:

Conjunção (soma) de argumentos:

- (37) A equipe brasileira deverá vencer a competição. Não só possui os melhores atletas, como também o técnico é dos mais competentes. Além disso, tem treinado bastante e está sendo apontada pela imprensa como a favorita.

Disjunção argumentativa (tem o efeito de uma provocação/conclamação do interlocutor a uma concordância):

- (38) Acho que você deve reivindicar o que lhe é devido. Ou vai continuar se omitindo?

Justificação ou explicação, por meio de um novo ato de fala, de um ato de fala anterior (e não simplesmente de seu conteúdo proposicional):

- (39) Prefiro não sair, pois estou um pouco gripada.  
 (40) Vá ver o filme, que você vai gostar!

Comparação (estabelece confronto entre dois elementos, tendo em vista determinada meta a ser alcançada):

- (41) Acho que não há necessidade de convocar o Plínio. O Mário é tão competente quanto ele.



Conclusão (a partir de uma premissa maior geralmente implícita e de uma premissa menor explícita, extrai-se uma conclusão):

(42) Já temos toda a documentação necessária. Portanto, podemos encaminhar o projeto imediatamente.

Comprovação (o locutor apresenta provas de que sua asserção é verdadeira):

(43) A sessão foi muito demorada. Tanto que a maior parte dos presentes começou a retirar-se.

Generalização:

(44) Lúcia ainda não sabe que carreira pretende seguir. Aliás, é o que está acontecendo com grande número de jovens na fase pré-vestibular.

Modalização da força ilocucionária:

(45) Vou entregar hoje os resultados da perda. *Ou melhor, vou fazer o possível.*

Correção:

(46) O professor não me parece muito compreensivo. *De fato (na verdade, pelo contrário), acho que deve ser rigorosíssimo.*

Reparação:

(47) Irei a sua festa de aniversário. *Isto é, se eu for convidado.*

Especificação ou exemplificação:

(48) Muitos de nossos alunos estão desenvolvendo pesquisas no exterior. *Por exemplo (a saber), Mariana está na França e Marcelo, na Alemanha.*

Contrajunção (oposição, contraste de argumentos):

Estabelece-se não apenas entre segmentos sucessivos, mas também entre seqüências mais afastadas, entre parágrafos ou porções maiores do texto e mesmo entre conteúdos explícitos e implícitos, como se pode ver nos exemplos a seguir:

(49) Lutou arduamente durante toda a vida. Mas não conseguiu realizar o seu projeto.

(50) O jovem fez muitos planos para o casamento, pois amava muito a noiva e queria fazê-la feliz. Tudo corria às mil maravilhas. A data já estava marcada e os preparativos corriam céleres. Mas, de uma hora para outra, o castelo desmoronou.

(51) Aguardava, ansiosa, o momento da partida. Aflição, aproximou-se da janela. Mas a chuva persistia.

Além dos articuladores “adversativos”, também os “concessivos” exercem a mesma função:

(52) Embora nada tivesse de seu, nunca reclamava e era feliz.

(53) Apesar de ser atencioso e prestativo, não gozava da simpatia dos colegas.

A diferença, na verdade, está no tipo de estratégia argumentativa utilizada e não na relação semântica em si: pode-se dizer que, quando do emprego de uma adversativa, o locutor põe em ação a “estratégia do suspense”, protelando o momento de deixar claro a qual dos argumentos ele adere; ao passo que, ao usar uma concessiva, ele assinala, por antecipação, o argumento que pretende destruir, o argumento (possível), mas que, em sua opinião, “não vale” (Koch, 1984, 1992; Guimarães, 1981).

O estudo das relações discursivo-argumentativas, que são as responsáveis pela estruturação dos enunciados em textos, tem sido de indiscutível importância para a melhor compreensão do funcionamento textual desde os primórdios da Linguística Textual até os nossos dias.

**ANEXO 2****O Encadeamento por conexão – Koch (2006)**

Ler e compreender 169

O reitor não compareceu à manifestação. Com toda a certeza, estava tentando esquivar-se das críticas.

**Encadeamento por conexão**

O **encadeamento por conexão** ocorre quando do uso de conectores dos mais diversos tipos. Também neste caso, **as relações** estabelecidas entre enunciados podem ser **de cunho lógico-semântico** ou **discursivo-argumentativo** (c.b. Koch, 1984, 1987, 1989, 1992, 2002).

Contemplam-se, aqui, não apenas **as conjunções** propriamente ditas (registradas em nossas gramáticas tradicionais), mas também **locuções conjuntivas, prepositivas e adverbiais** que têm por função interconectar enunciados.

São exemplos de **relações lógico-semânticas**:

**Causalidade**

Nosso candidato foi derrotado porque houve infidelidade partidária.

Nosso time lutou tanto que acabou vencendo o jogo.

Visto que a relação de causalidade é bipolar, ou seja, encerra necessariamente dois elementos – a causa e a consequência – tanto o primeiro como o segundo são expressões da causalidade. A diferença, portanto, é apenas de ordem sintática, estrutural (c.b. Koch, 1989, 1987, 2002).

**Mediação (causalidade intencional)**

Farei o que estiver ao meu alcance para que nosso plano seja coroado de sucesso.

**Condicionabilidade**

Se os resultados forem positivos, poderemos pedir prorrogação do prazo para a pesquisa.



**Temporalidade**

Quando você chegar ao aeroporto, avise-me, que irei buscá-la. (tempo pontual)

Depois que você terminar o serviço, venha até aqui. (tempo posterior)

Antes que chova, vou recolher as roupas que estão no varal. (tempo anterior)

Enquanto você termina o trabalho, vou regar as plantas. (tempo simultâneo)

A proporção que os recursos forem chegando, faremos os investimentos necessários. (tempo progressivo)

**Conformidade**

Os investimentos deverão ser feitos conforme o programa preestabelecido.

**Disjunção**

Ontem a seleção brasileira enfrentou a Argentina. Ganhamos? Ou perdemos?

**Modo**

Ela foi-se achegando de mansinho, como querendo refúgio nos seus braços.

A distinção entre **relações lógico-semânticas** e **discursivo-argumentativas** tem sua origem nos trabalhos de Duckor (1972, 1973, 1976, 1980, entre outros).

Por meio das **relações discursivo-argumentativas**, encadentam-se não conteúdos (estados de coisas de que falam os enunciados anteriormente apresentados), mas **atos de fala, em que se enunciam argumentos a favor de determinadas conclusões**. Ou seja: ocorre um primeiro ato de fala, que poderia ser realizado de forma independente, e acrescenta-se outro ato, que visa a justificar, explicar, atenuar, contraditar etc. o primeiro. Entre essas relações, podem-se destacar as seguintes:

**Conjunção (soma) de argumentos**

A equipe brasileira deverá vencer a competição. Não só possui os melhores atletas, como também o técnico é dos mais competentes. Além disso, tem treinado bastante e está sendo apontada pela imprensa como a favorita.

**Disjunção argumentativa (tem o efeito de uma provocação/conclusão do interlocutor a uma concordância)**

Acho que você deve reivindicar o que lhe é devido. Ou vai continuar se omitindo?

**Justificação ou explicação (por meio de um novo ato de fala, justifica-se ou explica-se a própria enunciação de um ato de fala anterior (e não simplesmente seu conteúdo proposicional))**

Prefero não sair, pois estou um pouco gripada.

Vá ver o filme, que você vai gostar!

**Comparação (em que se estabelece um confronto entre dois elementos, tendo em vista determinada meta a ser alcançada)**

Acho que não há necessidade de convocar o Plínio. O Mário é tão competente quanto ele.

Note-se que, embora o nível de competência de ambos possa ser o mesmo, o enunciado apresenta-se como argumento a favor de Mário.

**Conclusão (a partir de uma premissa maior geradamente implícita e de uma premissa menor explícita, extrai-se uma conclusão. Visto que a premissa maior permanece implícita, ela pode conter um sofisma, capaz de levar o interlocutor a aceitá-la sem maior reflexão)**

No exemplo a seguir, o fato de ter enviado toda a documentação necessária não é garantia de aprovação do projeto.

Já enviamos a documentação necessária. Portanto, podemos contar com a aprovação do projeto.



**Comprovação** (o locutor apresenta provas de que sua asserção é verdadeira)

A sessão foi muito demorada. Tanto que a maior parte dos presentes começou a retirar-se.

**Generalização**

Lúcia ainda não sabe que carreira pretende seguir. Aliás, é o que está acontecendo com grande número de jovens na fase pré-vestibular.

**Modalização da força ilocucionária**

Vou entregar hoje os resultados da pericia. Ou melhor, vou fazer o possível.

**Correção**

O professor não me parece muito compreensivo. De fato (na verdade, pelo contrário), acho que deve ser rigorosíssimo.

**Reparação**

Irei a sua festa de aniversário. Isto é, se eu for convidado.

**Especificação ou exemplificação**

Muitos de nossos alunos estão desenvolvendo pesquisas no exterior. Por exemplo (a saber), Mariana está na França e Marcelo, na Alemanha.

**Contradição (oposição, contraste de argumentos)**

A contradição estabelece-se não apenas entre segmentos sucessivos, mas também entre seqüências mais distantes uma da outra, entre parágrafos ou porções maiores do texto e mesmo entre conteúdos explícitos e implícitos, como se pode ver a seguir:

Lutou arduamente durante toda a vida. Mas não conseguiu realizar o seu projeto.

O jovem fez muitos planos para o casamento, pois amava muito a noiva e queria fazê-la feliz. Tudo corria às mil maravilhas. A data já estava marcada e os preparativos corriam céleres. Mas, de uma hora para outra, o castelo desmoronou.

Ao falarmos, estamos sempre realizando determinada ação: afirmar, prometer, jurar, aconselhar, advertir etc. O termo **força ilocucionária** designa o tipo de ato que se realiza quando se produz um enunciado: promessa, juramento, pergunta, advertência, conselho, amargura, asserção etc.

Aguardava, ansiosa, o momento da partida. Afrita, aproximou-se da janela. Mas a chuva persistia.

**Além dos articuladores “adversativos”, também os “concessivos” exercem a mesma função:**

Embora nada tivesse de seu, nunca reclamava e era feliz.

Apesar de ser atencioso e prestativo, não gozava da simpatia dos colegas.

A diferença, na verdade, está no tipo de estratégia argumentativa utilizada e não na relação semântica em si: pode-se dizer que, quando do **emprego de uma adversativa**, o locutor põe em ação a “estratégia do suspense”, protelando o momento de deixar claro a qual(is) dos argumentos ele adere; ao passo que, **ao usar uma concessiva**, ele assinala, por antecipação, o(s) argumento(s) que pretende destruir, o argumento (possível), mas que, em sua opinião, “não vale” (KOHJI, 1984, 1992; GIVARREN, 1981).

O estudo das **relações discursivo-argumentativas**, que são as responsáveis pela estruturação dos enunciados em textos, tem sido de indiscutível importância para a melhor **compreensão do funcionamento textual** desde os primórdios da Linguística Textual até os nossos dias.

## Progressão/continuidade tópica

Quando se fala, fala-se de alguma coisa: isto é, durante uma interação face a face, os parceiros têm sua atenção **centrada** em um ou vários assuntos. Tais assuntos são, de certa forma, delimitáveis no texto conversacional: embora, muitas vezes, se passe quase insensivelmente de um assunto a outro, ao final de uma conversa, se for perguntado aos participantes sobre o que falaram, provavelmente eles serão capazes de enumerar os principais “tópicos” abordados.

Na linguagem comum, **tópico** é, portanto, **aquilo sobre o que se fala**. Essa noção, contudo, é mais complexa e abstrata. É verdade que poderíamos dividir um texto em fragmentos recobertos por um mesmo